

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Eduardo Pastorio

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**

Santana do Livramento, RS, Brasil
2018

Eduardo Pastorio

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EAD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Bagolin Zambon

Santana do Livramento, RS, Brasil
2018

Eduardo Pastorio

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O
CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EAD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 30 de junho de 2018

**Luciana Bagolin Zambon, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Carmem Damaris da Silva, Ms. (UFSM)

MicheliDaianiHennicka, Ms. (UFSM)

Santana do Livramento, RS, Brasil
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os profissionais da área de educação que desenvolvem suas atividades em Escolas do Campo, em especial as instituições de ensino de São Gabriel/RS (EMEF Baltazar Teixeira da Silveira, EMEF Catão Peres, EMEF Ernesto José Annoni, EMEF Jerônimo Machado, EMEF João Giuliani, EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira, EMEF Mascarenhas de Moraes e EMEF Victória D'Ávila Chiappetta), que acreditam na oferta e na qualidade da educação aos sujeitos do campo.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional EAD, pela oportunidade e espaço para cursar uma especialização gratuita e de qualidade.

A professora Dra. Luciana Bagolin Zambon, pela dedicação e paciência na orientação do meu trabalho.

A minha esposa Lia Heberlê de Almeida Pastorio, pelo carinho na minha vida pessoal e profissional, apoio nas minhas decisões e contribuições nas minhas pesquisas.

Aos meus familiares, pelo acompanhamento constante.

As comunidades escolares das Escolas do Campo de São Gabriel/RS (Escola Municipal de Ensino Fundamental Mascarenhas de Moraes, Baltazar Teixeira da Silveira, Ernesto José Annoni, Jerônimo Machado, João Giuliani, Catão Peres, Victória D'Ávila Chiappetta e Maria Manoela Cunha Teixeira), em especial as direções (diretores e supervisores) pelo espaço e acolhimento, e pelo trabalho e dedicação diário à frente a essas instituições de ensino.

Aos integrantes da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, pela disponibilidade nas informações e por desenvolverem suas ações "Pensando a Educação de maneira diferente" e ao Secretário Municipal de Educação Sildo Cabreira que disponibilizou/convidou para assumir o Setor de Coordenação das Escolas do Campo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Político-Administrativo do município de São Gabriel/RS.....	25
Figura 2 – Escolas Municipais de São Gabriel/RS.....	32
Figura 3 – Organograma dos Setores da Secretaria Municipal de Educação – São Gabriel/RS.....	34
Figura 4 – Mapa das Escolas do Campo de São Gabriel/RS.....	43
Figura 5 – Escola do Campo - EMEF Catão Peres	50
Figura 6 – Escola do Campo - EMEF Victória D'Ávila Chiappetta.....	50
Figura 7 – Escola do Campo - EMEF Baltazar Teixeira da Silveira	51
Figura 8 – Escola do Campo - EMEF Jerônimo Machado	52
Figura 9 – Escola do Campo - EMEF João Giuliani	52
Figura 10 – Escola do Campo - EMEF Ernesto José Annoni.....	53
Figura 11 – Escola do Campo - EMEF Mascarenhas de Moraes.....	54
Figura 12 – Escola do Campo - EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	54
Figura 13 – Desenho Ganhador do Concurso Girassol 2017	56
Figura 14 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Catão Peres (29,1 Km).....	61
Figura 15 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Victória D'Ávila Chiappetta (38,3 Km)	62
Figura 16 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Baltazar Teixeira da Silveira (45,9 Km)	62
Figura 17 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Jerônimo Machado (50,7 Km).....	63
Figura 18 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF João Giuliani (54,7 Km).....	63
Figura 19 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Ernesto José Annoni (57 Km).....	64
Figura 20 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Mascarenhas de Moraes (59,6 Km)	64
Figura 21 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira (76,2 Km).....	65
Figura 22 – Imagem Oficial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS	68

Figura 23 – 1º Encontro Presencial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS.....	69
Figura 24 – Página Inicial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS na Plataforma Moodle	69
Figura 25 – Distância da sede municipal de São Gabriel/RS, até a EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	70
Figura 26 – Cartaz do II Seminário de Educação do Campo de São Gabriel/RS.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Três Poderes do Brasil	21
Tabela 2 – Três Poderes nas Esferas Administrativas do Brasil	23
Tabela 3 – População residente no município de São Gabriel/RS (1970 – 2010).....	24
Tabela 4 – Funcionários da Secretaria Municipal de Educação – São Gabriel/RS...	33
Tabela 5 – Tecnologias de Comunicação X Escolas do Campo – São Gabriel/RS...	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de Matrículas nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS (2009 – 2018)	48
--	----

RESUMO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

AUTOR: Eduardo Pastorio
ORIENTADOR: Luciana Bagolin Zambon

Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios e as possibilidades do Setor de Coordenação das Escolas do Campo (Educação do Campo), dentro do contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS. A Educação do Campo encontra-se em processo de consolidação, enquanto modalidade de ensino e políticas educacionais, sendo desenvolvida nas instituições de ensino do país. Na delimitação desta pesquisa, no caso do município de São Gabriel/RS, o trabalho avança para aproximadamente 600 alunos, em 8 Escolas do Campo, ofertando as etapas de Educação Infantil à Ensino Fundamental. A metodologia utilizada foi de estudo de caso, com pesquisas documentais em setores da administração pública e com entrevistas semi-estruturadas, com servidores e funcionários de secretarias, bem como com os diretores das instituições de ensino do campo, buscando a coleta e posterior sistematização das informações relevantes para a atender aos objetivos propostos. Como resultados, identificou-se a organização e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, especificando os cargos e setores bem como as atribuições de cada um deles, delimitando-a na esfera administrativa (Poder Executivo) do município de São Gabriel/RS. Além disso, especificou/delimitou as possibilidades e desafios do Setor de Coordenação das Escolas do Campo, expondo as detalhes/dificuldades do trabalho de gestão e das ações/projetos desenvolvidos (2017/2018). Ao final, foi apresentado propostas de trabalho no setor do campo, que ficam como sugestões para outras realidades de Gestão de Educação do Campo.

Palavras-chaves: Educação do Campo; Coordenação das Escolas do Campo; Escolas do Campo; Secretaria Municipal de Educação; São Gabriel/RS.

ABSTRACT

THE EDUCATION OF THE FIELD IN THE MUNICIPAL SECRETARIAT OF EDUCATION: THE CASE OF THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL / RS

AUTHOR: Eduardo Pastorio
ADVISOR: Luciana Bagolin Zambon

The objective of this work is to identify the challenges and possibilities of the School Sector Coordination Sector (Field Education) within the context of the São Gabriel/RS Municipal Education Department. Field Education is in the process of being consolidated as a teaching modality and educational policies, being developed in the country's educational institutions. In the delimitation of this research, in the case of the municipality of São Gabriel/RS, the work advances to approximately 600 students, in 8 Schools of the Field, offering the stages of Early Childhood Education to Elementary School. The methodology used was a case study, with documentary research in sectors of the public administration and with semi-structured interviews, with servers and secretarial staff, as well as with the directors of the educational institutions of the field, seeking the collection and after systematization of the information relevant to meet the proposed objectives. As a result, we identified the organization and functioning of the Municipal Education Department, specifying the positions and sectors as well as the responsibilities of each one, delimiting it in the administrative sphere (Executive Branch) of the municipality of São Gabriel/RS. In addition, it specified/delimited the possibilities and challenges of the Sector of Coordination of the Schools of the Field, exposing the details/difficulties of the work of management and the actions/projects developed (2017/2018). At the end, proposals were presented for work in the field sector, which remain as suggestions for other realities of Field Education Management.

Keywords: Field Education; Coordination of Field Schools; Field Schools; Municipal Secretary of Education; São Gabriel/RS.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROCEDIMENTO METODÓLOGICOS E CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	15
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL	17
4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA/ADMINISTRATIVA DO BRASIL	21
5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/RS	24
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	24
5.2 O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	26
6 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	30
6.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL NAS REDES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS.....	30
6.1.1 Contexto Municipal.....	30
6.1.2 Contexto Estadual	31
6.1.3 Contexto Federal	31
6.1.4 Contexto Privado	31
6.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL/RS: ORGANIZAÇÃO/SETORES E FUNCIONAMENTO/AÇÕES	32
7 O SETOR DE COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO: AÇÕES E POSSIBILIDADES	41
7.1 A COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO COMO ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA.....	41
7.2 ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS.....	47
7.2.1 Escola do Campo – EMEF Catão Peres	49
7.2.2 Escola do Campo – EMEF Victória D’Ávila Chiappetta	50
7.2.3 Escola do Campo – EMEF Baltazar Teixeira da Silveira	51
7.2.4 Escola do Campo – EMEF Jerônimo Machado	51
7.2.5 Escola do Campo – EMEF João Giuliani	52
7.2.6 Escola do Campo – EMEF Ernesto José Annoni	53
7.2.7 Escola do Campo – EMEF Mascarenhas de Moraes	53
7.2.8 Escola do Campo – EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	54

8	PROJETOS ELABORADOS E PLANEJADOS PELO SETOR	
	COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO	55
8.1	CONCURSO GIRASSOL.....	55
8.2	CONCURSO DESENHANDO O LOGOTIPO DA ESCOLA DO CAMPO.....	56
8.3	PROJETO O ENSINO MÉDIO: VIVÊNCIAS E POSSIBILIDADES.....	57
8.4	PROJETO DIA DE CAMPO	58
8.5	PROJETO HORTA ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO.....	59
8.6	PROJETO LOCALIZANDO AS ESCOLAS DO CAMPO.....	60
8.7	CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO – ADAPTADO.....	65
8.8	I CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS	67
8.9	II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS	69
8.10	III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS	71
8.11	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO.....	72
9	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E A RELAÇÃO COM A COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO	74
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS.....	82
	APÊNDICE A – ENTREVISTA: SERVIDORES/FUNCIÓNÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
	APÊNDICE B – ENTREVISTA: DIRETORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS	86

1 INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro historicamente perpassou por processos de criação e implantação de políticas públicas. Para as Escolas do Campo, em particular, percebe-se a consolidação de sua proposta pedagógica, iniciando apenas com a Constituição de 1988. Apesar de o Estado brasileiro ser considerado essencialmente agrário, cuja economia baseia-se em atividades agropecuárias, e de, até o final da década de 1960, a maior parte da população ser rural, as constituições que antecedem a de 1988 não mencionavam a respeito da Educação do Campo, mesmo sendo denominada como educação rural.

A legislação de Educação do Campo avança quando mencionada na LDB de 1996, a qual possibilitou adaptações nas atividades pedagógicas a serem desenvolvidas em instituições de ensino de Escolas do Campo. Após isso, percebe-se um grande avanço em políticas públicas na esfera federal no final do Século XX e início do XXI (BRASIL, Abr/1998; BRASIL, Jul/1998; BRASIL, 2002; BRASIL, 2004; BRASIL, 2008; BRASIL, Jul/2010; BRASIL, Nov/2010).

Porém, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, na rede municipal de São Gabriel/RS, ainda são inexistentes textos de base legal. Assim sendo, a legislação existente a nível federal, contribui para favorecer discussões sobre Educação do Campo nas demais esferas e em suas respectivas redes de ensino, no desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizam os saberes/culturais locais e também que seja pensado o fazer educação aos sujeitos do campo, partindo de suas próprias identidades.

A educação dos municípios constitui um dos setores mais relevantes para as populações locais, pois a maioria das crianças e adolescentes em idade escolar frequentarão a rede pública de ensino, principalmente a municipal, devido ao fato das etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental serem de responsabilidade dos municípios. Para que as instituições de ensino tenham seu funcionamento é necessário a organização de uma complexa estrutura, baseada em aspectos físicos e de recursos humanos, que no caso refere-se a Secretaria Municipal de Educação.

De modo específico, a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS é responsável por aproximadamente 7000 alunos em sua rede de ensino, abrangendo 37 escolas, de educação infantil ao Ensino Médio/Técnico e cerca de

550 professores. Para atender toda essa demanda de educandos e educadores, em especial os localizados no interior do município, existe uma organicidade na gestão da secretaria de educação, com setores específicos, sendo um destes, a Coordenação das Escolas do Campo. Deste contingente, aproximadamente 600 alunos encontra-se nas Escolas do Campo, matriculados em 8 instituições de ensino municipais.

Diante disto, dos sujeitos atendidos nas instituições de ensino e da gestão dessas escolas, coloca-se como questão de pesquisa: quais são os desafios e as possibilidades da Educação do Campo, no contexto de organização e funcionamento da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS?

Percebe-se a necessidade de buscar analisar o funcionamento desse segmento público, destacando as suas ações desenvolvidas pelo viés pedagógico e administrativo. A Educação do Campo compreende como uma esfera educacional em construção, que ainda deve ser debatida e planejada. Para isso, torna-se necessário identificar esses desafios e possibilidades em contextos mais locais, como o caso do município de São Gabriel/RS.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios e as possibilidades da Educação do Campo, dentro do contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, através do setor de Coordenação das Escolas do Campo. Para contribuir nesse processo, tem como objetivos específicos compreender a organicidade da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, com ênfase ao setor de Coordenação das Escolas do Campo; conhecer a instituições de ensino municipais de São Gabriel/RS, destacando as Escolas do Campo; e destacar as possibilidades e iniciativas desenvolvidas pelo setor de Coordenação das Escolas do Campo.

Para a realização da pesquisa, foram realizadas entrevistas com as direções das Escolas do Campo Municipais e pesquisas documentais em setores da Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS, em particular na Secretaria Municipal de Educação, para compreender a organicidade da SEME, a comunidade local e toda sua operacionalização para o funcionamento das escolas municipais.

Além disso, as instituições de ensino enquadradas como Escolas do Campo foram analisadas (principalmente as direções escolares) para que fosse possível

realizar o diagnóstico das ações do setor em estudo e, principalmente, a aplicabilidade de ações/projetos e de políticas públicas existentes na esfera federal.

Vale destacar que a Educação do Campo é parte integrante da minha vida, à qual dedico meus trabalhos em projetos de pesquisa e extensão desde 2010. Isso ocorreu durante a graduação, em que realizei ações nas Escolas do Campo de São Gabriel, enquanto residente do município de Santa Maria e acadêmico do Curso de Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria. Em 2013, quando ocorreu meu ingresso no Curso de Mestrado em Geografia, no projeto de pesquisa me coloquei a disposição para estudar o “Processo de Nucleação das Escolas do Campo de São Gabriel”, o que me incentivou a residir nesse município.

Isso proporcionou aprofundamento na pesquisa, bem como contribuiu para que fosse convidado para atuar na tutoria a distância no Curso de Aperfeiçoamento de Educação do Campo: refazendo os caminhos do Pampa pela Universidade Federal do Pampa, que se realizou em 2014/2015 e que agregou experiências e novas iniciativas a dissertação. Devido a essa caminhada, dentro da discussão de Educação do Campo, acabei sendo convidado em 2016, para assumir o cargo de Coordenador das Escolas do Campo de São Gabriel/RS, dentro da Secretaria Municipal de Educação, a partir de início de 2017, pelo atual Secretário Municipal de Educação.

Os estudos acadêmicos nos diferentes níveis e o trabalho desenvolvido até o presente momento dentro da secretaria possibilitaram identificar a necessidade de conhecer a organicidade da secretaria, delimitando as competências exigidas por cada função, em particular, a Coordenação das Escolas do Campo, como forma de registrar e divulgar as ações/projetos desse setor. A escolha deste tema, bem como a participação nesta formação em nível de especialização, surgiu em decorrência da possibilidade de ingressar no setor em análise e a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre gestão.

Além disso, esse estudo torna-se relevante pela possibilidade da disseminação do trabalho desenvolvido pela Secretaria e pelo Setor das Escolas do Campo à comunidade local, destacando o seu funcionamento e a aplicabilidade das políticas educacionais existentes, já que se trata de um serviço público e que deve ser desenvolvido com qualidade e responsabilidade.

2 PROCEDIMENTO METODÓLOGICOS E CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

De forma geral, esta pesquisa utilizou da técnica metodológica “estudo de caso”, definido por Gil (2006), como “estudo profundo e exaustivo de um objeto, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. De acordo com Yin (2010), estudo de caso é um estudo que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade.

A definição do material aplicado e o posterior estudo dos resultados obtidos ocorreram de acordo com o método qualitativo, como ferramenta para interpretar as informações coletadas. Dentro disso, Chizzotti (1998) define que o método qualitativo procura compreender as experiências visualizadas, as representações e os comportamentos, sendo que essas estruturas relatadas são as referências das análises e interpretações.

Da formulação das diretrizes à realização do trabalho proposto, a execução perpassou por momentos pré-estabelecidos. Nesta relação, seguiu três etapas de trabalho. A primeira consistiu no levantamento das políticas públicas e políticas educacionais, que materializam os conceitos levantados e, por conseguinte a revisão das matrizes teóricas¹, para a consecução dos fundamentos necessários ao desenvolvimento dos objetivos propostos, e a compreensão do tema escolhido.

A segunda etapa foi realizada com base no trabalho de campo construído junto a Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS, a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS e nas Instituições de Ensino em questão, frente à necessidade de conhecer o seu objeto de estudo.

Nesse momento, realizou-se a pesquisa documental nos setores administrativos da prefeitura para identificação de documentos bases de organização e funcionamento do Poder Executivo (leis, decretos, portarias, resoluções e relatórios). A Secretaria Municipal de Administração foi a principal fonte documental, a qual disponibilizou documentos legais, que descrevem o funcionamento da esfera administrativa, com destaque ao Poder Executivo.

¹ Sobre a revisão teórica, sugiro a leitura da dissertação de mestrado intitulada Nucleação das Escolas do Campo: o caso do município de São Gabriel/RS, que no Capítulo 1 - Educação do Campo na discussão teórica/prática da ciência geográfica debruça os esforços para definir a Educação do Campo no item “Construindo o conceito de Educação do Campo”.

Na Secretaria Municipal de Educação houve aplicação de entrevistas semi-estruturadas (Anexo A) aos servidores e funcionários, na busca de identificar os detalhes das funções desenvolvidas por cada setor. Por desenvolver minhas atividades profissionais nessa secretaria, consegui aplicar as entrevistas com liberdade, além de conseguir agregar nas respostas, o visualizado na dinâmica cotidiana de trabalho.

Sobre o contexto do Setor de Coordenação das Escolas do Campo, pelo qual estou responsável, o exposto nesse documento constituiu-se de sua análise, sobre as atividades desenvolvidas e sua funcionalidade, dando ênfase aos projetos criados/planejados e sua aplicação nas instituições de ensino geridas.

Nas Escolas do Campo, atendidas pelo Setor de Coordenação das Escolas do Campo, as equipes diretivas participaram de entrevistas semi-estruturadas (Anexo B). Assim, estive presente nas instituições, onde dentre outros aspectos, foram abordadas questões sobre os pontos positivos e negativos da gestão desenvolvida e os resultados/reflexos na execução das atividades/ações/projetos propostos por esse setor.

Por fim, a terceira etapa, foi delineada pelo diagnóstico/análise das coletas realizadas, com posterior descrição das informações. Nessa etapa, deu-se a escrita do trabalho, ficando organizado da seguinte forma:

- Capítulo 1: realiza uma introdução do trabalho descrevendo o processo de planejamento e execução da pesquisa.
- Capítulo 2: detalha os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa.
- Capítulo 3: apresenta as Políticas Públicas existentes sobre Educação do Campo.
- Capítulo 4: realiza um levantamento da estrutura política/administra do Brasil.
- Capítulo 5: caracteriza o município de São Gabriel e detalha a organização do poder executivo.
- Capítulo 6: descreve o contexto educacional do município de São Gabriel e apresenta a estrutura de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação.
- Capítulo 7: cita o Setor de Coordenação das Escolas do Campo, descrevendo aspectos na execução da gestão, e caracteriza as Escolas do Campo do município de São Gabriel/RS.
- Capítulo 8: apresenta e descreve os projetos elaborados/planejados pelo Setor de Educação do Campo, com seus respectivos objetivos e sua execução.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A discussão sobre Educação do Campo se intensificou nos últimos anos, principalmente com a Constituição de 1988. Até esse momento, essa modalidade de ensino não era mencionada nas diretrizes educacionais brasileiras, mesmo que a estrutura do país fosse essencialmente agrária (atividades agropecuárias).

A partir da presente constituição, a educação passa a ser considerada como direito de todos e dever do Estado, e a educação dos sujeitos do campo inicia um processo de discussão, mesmo que sua consolidação enquanto política pública tenha se tornado efetiva apenas no século XXI. Até o momento, a ausência de propostas e determinações legais sobre educação do campo, representa questões históricas de descaso com os povos do campo, culturalmente considerados como atrasados e arcaicos. Apesar da base da economia brasileira seguir o setor agropecuário, os sujeitos localizados no campo são trabalhadores rurais (trabalhadores assalariados e/ou trabalho escravo), sendo que os donos do capital (proprietários das terras) e seus familiares, residem no urbano.

Vale destacar que a Constituição de 1988 não descreveu diretamente a Educação do Campo, mas em seu Artigo 205 afirma que,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Desta forma, ao mencionar que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, salienta-se que a educação é direito público subjetivo, independe da localização dos sujeitos, ou seja, a educação torna-se espaço a ser utilizado por todos os sujeitos em idade escolar, seja do campo ou da cidade.

A preocupação com a Educação do Campo em termos legais avança quando da aprovação da Lei N° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei destaca, em seu Artigo 28, que

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

1. conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
2. organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
3. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Após a LDB de 1996, institui-se, em 16 de abril de 1998, o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), junto ao antigo Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), atualmente Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a qual representa uma política fundamental para continuidade e desenvolvimento de uma Educação de qualidade aos povos do campo. Também no ano de 1998, cria-se a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, entidade supra-organizacional que possuía como finalidade a promoção e gestão das ações conjuntas que atendessem a escolarização dos povos do campo em nível nacional, que conseguiriam instituir as políticas/diretrizes da Educação do Campo.

A partir disso, percebe-se um avanço na preocupação com os sujeitos do campo, que possibilitam pensar adaptações ao contexto educacional para esse grupo populacional, mesmo que na legislação seja tratada ainda como Educação Rural. A ruptura dessa educação, avançando para dizeres de Educação do Campo ocorreu somente no ano de 2002, com a aprovação da Resolução CNE/CEB N°1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Mesmo que o contexto “rural” incorporasse diferentes sujeitos localizados neste espaço, com o advento do conceito “campo”, avança-se para uma compreensão que vai além de espaços não-urbanos. Trata-se, portanto, de um espaço de diferentes possibilidades, de emancipação social, valorização de saberes e memórias coletivas, de produção de conhecimento e manutenção de cultura e identidade local. (SECADI, 2012).

As diretrizes possibilitam a reorganização das Escolas do Campo, visando a adaptação dos procedimentos curriculares a serem desenvolvidos, com as bases legais de diretrizes curriculares nacionais para demais níveis e modalidades de ensino. Em seu Artigo 5º, o texto menciona que,

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade

do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (BRASIL, 2002).

Dessa forma, as Diretrizes de 2002 contribuem na organização pedagógica das escolas do campo, abrindo possibilidades para adaptação do calendário escolar e a definição dos espaços escolares. As diretrizes podem ser consideradas,

(...) como referência para a Política de Educação do Campo à medida que com base na legislação educacional estabelecem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das Escolas do Campo. (BRASIL, 2012).

Como forma de contribuir para o trabalho voltada para essa modalidade de ensino, em 2004, como principal iniciativa de ordem federal, foi criado, no Ministério de Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). No âmbito de atuação dessa secretaria, dentro dos temas diversificados que ela integra, existe uma coordenação de Educação do Campo, que possibilitou a criação de um Grupo Permanente de Trabalho – GPT, responsável pelas demandas dos povos do campo, que envolve discussões sobre essa modalidade. A partir do trabalho desse grupo, foi elaborado o documento intitulado “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”.

Como continuidade às políticas educacionais para a Educação do Campo, é aprovada a Resolução N°2, em 28 de abril de 2008, que estabelece Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Essa legislação destaca que a Educação do Campo faz parte da Educação Básica, em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica (integrada ao Ensino Médio) e busca atender, com qualidade, as populações rurais.

Essa política destaca as responsabilidades dos entes federados, que deverão encontrar mecanismos de colaboração para o seu desenvolvimento. Além disso, disserta sobre aspectos das Escolas do Campo como: atendimento de sujeitos com necessidades especiais; Educação de Jovens e Adultos; agrupamentos de alunos; classes seriadas e multisseriadas; nucleação das escolas; transporte escolar; e infraestrutura.

Em 13 de julho de 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aprova a Resolução N°4, que define as Diretrizes

Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, tornando a Educação do Campo, uma modalidade de ensino, que pode ser trabalhada e aproveitada em diferentes níveis de educação escolar existente no Brasil, desde Educação Básica (constituída por Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) até o Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação).

Neste sentido, todas as modalidades (Educação Indígena, Educação Especial, Educação Profissional, Educação Quilombola, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo) devem ter como objetivo e finalidades principais à efetivação do processo de aprendizagem do educando, resgate de suas bases culturais, e sua formação como sujeito social (emancipação do sujeito), ao buscar suas competências cognitivas e competências sociais/afetivas.

No ano de 2010, temos a aprovação do Decreto N°7352, de 4 de novembro de 2010, que Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que possui como objetivos ampliar e ofertar educação básica e superior às populações do campo, em regime de colaboração do entes Federados e de acordo com o estabelecido nas metas do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024).

4 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA/ADMINISTRATIVA DO BRASIL

As administrações públicas brasileiras são organizadas a partir do previsto na Constituição Federal em vigor, de 1988, texto proposto no processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980. Esse documento estabeleceu e consolidou a separação dos Poderes do Estado em três segmentos: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Essa definição encontra-se prevista no Artigo 2º da Constituição Federal, com a escrita “(...) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, consagrando a separação tripartite² (efetivada por Montesquieu in, no livro O espírito das Leis, em sua Teoria da Separação dos Poderes).

Na Tabela 1, encontra-se a separação entre os poderes e suas respectivas funções. De forma geral, o Executivo fica responsável em administrar os serviços públicos; o Legislativo, de elaborar as leis; e o Judiciário fica responsável por aplicar as leis. De modo curioso, os cargos públicos não são ocupados somente de forma eletiva (eleito de forma democrática, pelo povo), sendo que o ocupante de cargo do Judiciário, adentra mediante a prestação de concurso público ao setor, tendo que ser aprovado por edital próprio.

TRÊS PODERES NO BRASIL		
TRÊS PODERES	FUNÇÃO	FORMA DE INGRESSO
PODER EXECUTIVO	Cabe administrar os serviços públicos, no atendimento as necessidades sociais. Para isso, ele deve executar as leis que são elaboradas pelo Poder Legislativo.	ELETIVO
PODER LEGISLATIVO	Cabe elaborar as leis e fiscalizar os atos do Poder Executivo.	ELETIVO
PODER JUDICIÁRIO	Cabe aplicar a lei (casos de desobediência ou conflito de interesse), com a função de traduzir o sentimento social, através das leis. Como função atípica, fiscaliza os outros dois poderes.	NOMEAÇÃO (concurso) / INDICAÇÃO

Tabela 1 – Três Poderes do Brasil
Elaborado pelo autor

Pode se perceber na tabela anterior, que no Poder Judiciário, a forma de ingresso não restringe-se somente a nomeações, através da prestação de concurso público. Pelo contrário, a instância máxima do Poder Judiciário no Brasil,

² A Constituição Federal consagra um complexo mecanismo de controles recíprocos entre os três poderes, de forma que, ao mesmo tempo, um poder controle os demais e por eles seja controlado. Esse mecanismo denomina-se *teoria dos freios e contra pesos*.

popularmente conhecido por sua sigla STF (Supremo Tribunal Federal), é composto por 11 ministros³, de indicação do Presidente da República, acumulando competências de suprema corte e a função de guardar a Constituição Federal, como previsto no Artigo 102 do texto deste documento

Como encontra-se presente no Portal do STF, podemos definir essa instância como:

(...) composto por onze Ministros, todos brasileiros natos (art. 12, § 3º, inc. IV, da CF/1988), escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 101 da CF/1988), e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal (art. 101, parágrafo único, da CF/1988) (STF, 2018).

Apesar de composto através de indicação, o STF possui valor notável e adquire às atribuições de tribunal constitucional, apreciando situações de ameaça a constituição. Possui também função de análise das infrações penais do Poder Executivo e Legislativo, bem como ações de análise de matéria em grau de recurso.

Nas esferas administrativas do Brasil registradas pela União, Estados e Municípios, cada um dos três poderes possuem suas respectivas representações, como disposto na Tabela 2. Apenas nos municípios, o Poder Judiciário é regido pela organização judiciária dos Estados, em que o Juiz de Direito de uma Comarca que abrange determinados municípios, está vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado.

Dentro dessa conjuntura, no Poder Executivo, ainda encontra-se presente os cargos de confiança (indicação), que agem em consonância com o chefe do executivo. Na esfera da UNIÃO/FEDERAÇÃO, o Presidente da República administra seu poder com o auxílio dos ministros, que lideram um determinado ministério⁴, sendo uma área específica da administração pública, tradicionalmente chamada de pasta ministerial.

³ O ministro do STF difere dos demais ministros do governo nacional. Os ministros da justiça desenvolvem-se suas ações no Poder Judiciário e os demais ministros são vinculados ao Poder Executivo, desenvolvendo funções executivas, sendo responsáveis por um determinado segmento/temática/pasta do governo federal, geralmente designadas de ministérios.

⁴ No Brasil, existem 29 ministérios no total, sendo 23 ministérios oficiais, 2 secretarias com status de ministérios e 4 outros órgãos que também recebem o status de ministérios. Desta forma, existem 29 ministros, que são indicados pelo Presidente da República e que desenvolvem suas ações em prol do executivo.

TRÊS PODERES NAS ESFERAS ADMINISTRATIVAS			
ESFERAS	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	JUDICIÁRIO
UNIÃO / FEDERAÇÃO	Presidente	Congresso Nacional – Senado Federal e a Câmara dos Deputados (Senadores e Deputados Federais)	Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e Superior Tribunal Militar (STM).
ESTADO	Governador	Assembleia Legislativa (Deputados Estaduais)	Tribunal de Justiça (TJ)
MUNICÍPIO	Prefeito	Câmara de Vereadores (Vereadores)	SEGUE O JUDICIÁRIO ESTADUAL

Tabela 2 – Três Poderes nas Esferas Administrativas do Brasil
Elaborado pelo autor

No segmento ESTADO⁵, o Governador gere seu poder com a contribuição de seus Secretários de Estado, que encontram-se a frente de suas respectivas secretarias, em suas pastas de atuação. No domínio do MUNICÍPIO⁶, o Prefeito governa sobre a ação dos seus Secretários Municipais e que se organizam a partir de legislações próprias.

⁵ No Estado do Rio Grande do Sul, segundo a Lei N° 13601, de 01 de janeiro de 2011, que Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, estabelece em seu Artigo 1º, que o “O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado com o auxílio dos Secretários de Estado, de acordo com os princípios e termos insculpidos nas Constituições Federal e Estadual (...)”, que atualmente encontra-se com a presença de 20 secretários no exercício do Poder Executivo.

⁶ Para a análise dos municípios, utilizaremos a realidade de São Gabriel/RS, que será descrito no próximo capítulo.

5 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL/RS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

O município de São Gabriel localiza-se no estado do Rio Grande do Sul compreendido como uma unidade territorial brasileira, com área total de 5020 km², como disposto Figura 1. Segundo as definições regionais do IBGE, São Gabriel pertence à Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense (IBGE, 2008) e a Microrregião da Campanha Central (IBGE, 2008), com seus limites estabelecidos com nove outros municípios.

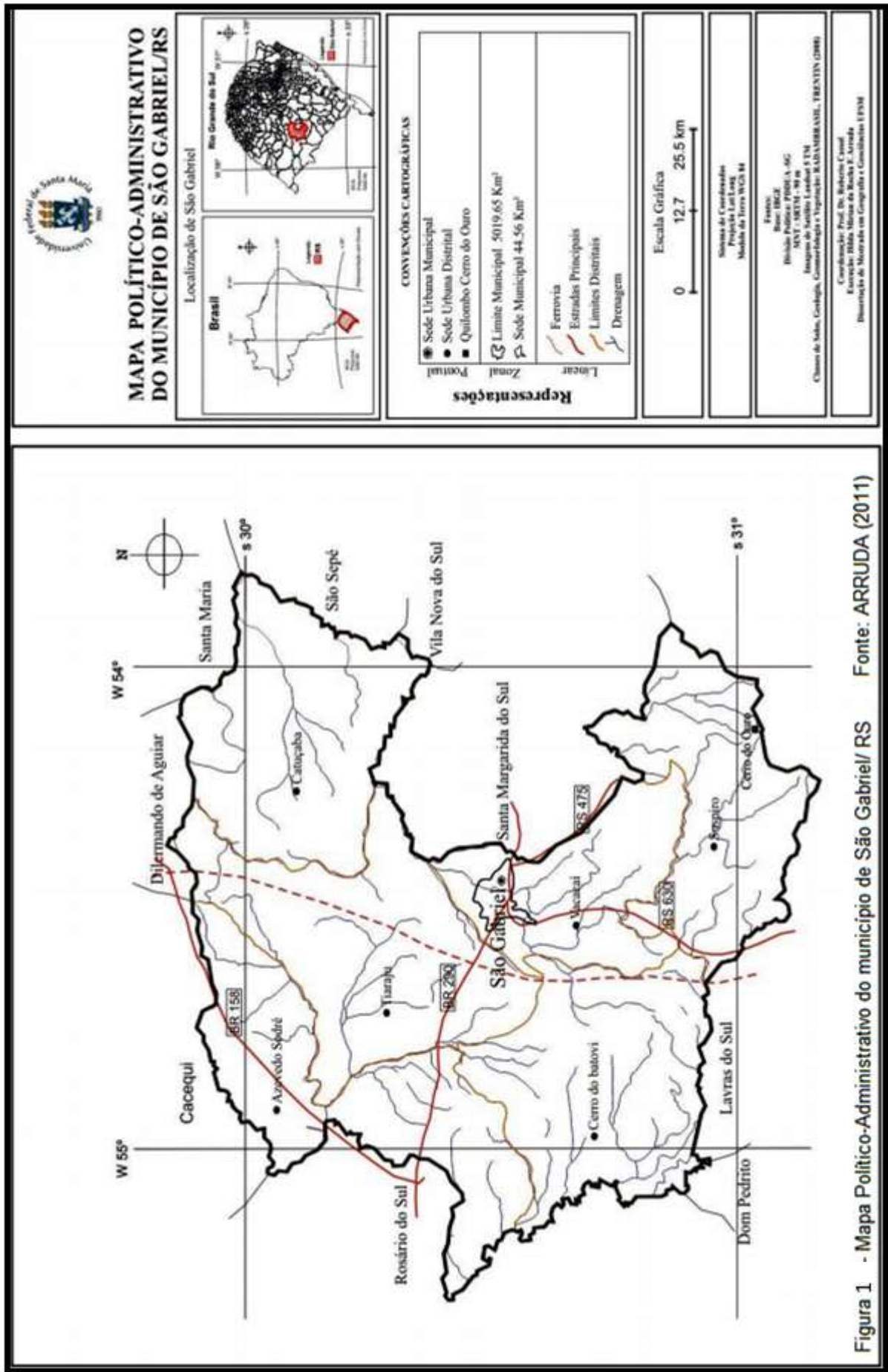
Referente à questão populacional, o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, mencionou a presença de cerca de 60.425 habitantes no município de São Gabriel, correspondendo a 0,57% da população do Estado. Entre o total, 29.474 são homens e 31.034 são mulheres, com 53.860 habitantes residindo na cidade e 6.648 no campo.

Ao observarmos a Tabela 3, podemos analisar a relação entre população urbana e rural que se desenvolveu entre o ano de 1970 e 2010, em que se percebe o aumento da taxa de urbanização, com a presença do processo de Êxodo Rural, com deslocamento campo – cidade, diminuindo o total de população no meio rural e aumentando a urbana. Vale registrar que no ano de 2010, houve uma redução da população total do município, porém se manteve o panorama de urbanização, agravando a diminuição da população rural.

População do município de São Gabriel/RS					
Situação por domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Total	51934	56736	59040	62249	60425
Urbana	28458	41559	47967	53197	53860
Rural	23476	15177	11073	9052	6648
Fonte: IBGE – Censo Demográfico					

Tabela 3 – População residente no município de São Gabriel/RS (1970 – 2010)

Fonte: IBGE – Censo Demográfico
Org.: Eduardo Pastorio (2015)



Na tabela 3, em relação à população no campo e na cidade, percebe-se que a população rural equivalia a 45% da população total do município, contra 55% da urbana em 1970. Em mesma análise, 30 anos posteriores, percebe-se uma redução considerável de contingente populacional do campo, chegando a apenas 15%, contra 85% da área urbana, tornando-se um município urbanizado em relação ao aspecto da população.

Essa diminuição, assemelha-se a um panorama em nível nacional, registrado em mesmo período, em que se intensifica o processo de modernização do campo, e as cidades tornam-se área de atração de pessoas, devido ao seu arcabouço de ferramentas que propiciam espaços de relações intra e interpessoais, além de um universo de aspectos relacionados ao consumo e aos modos de produção, e a falsa garantia de empregos em quantidade e qualidade. Isso propiciou a continuidade do aspecto singular do campo, em relação à cidade.

5.2 O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

A administração pública do Poder Executivo do município de São Gabriel/RS é exercida, de forma soberana, pelo Prefeito. No auxílio de suas funções, existem os segmentos do Vice-Prefeito, do Procurador-Geral do Município e pelos Secretários Municipais, formando a cúpula de responsabilidade do trabalho do executivo municipal.

Em São Gabriel, organiza-se a estrutura administrativa, da seguinte forma, de acordo com Lei Ordinária N° 3857/2017, de 31 de julho de 2017, que Dispõe sobre a estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo de São Gabriel, que cita as secretarias no Artigo 22, do Capítulo II (a descrição de cada segmento refere-se a definição da função do responsável pela determinada secretaria), assim especificado:

1 – Gabinete do Prefeito – GAPRE.

Esta repartição fica responsável em manter a ligação com os demais órgãos ou serviços da Administração Municipal, bem como, com quaisquer outras entidades públicas ou privadas, com autoridades em geral e relações públicas, assessorar o secretariado municipal através da integração, parcerias e descentralização e organizar a agenda de audiências e reuniões do Prefeito.

2 – Gabinete do Vice-Prefeito – GAVIP.

Assistir ao Vice-Prefeito nas suas relações com os municípios, autoridades federais, estaduais e municipais.

3 – Procuradoria Jurídica – PROJUR.

Chefiar os Advogados lotados na Procuradoria Jurídica do Município de São Gabriel. Responsável pela consultoria dos assuntos jurídicos da Prefeitura, cabendo-lhe pronunciar-se sobre toda e qualquer matéria legal que lhe for submetida pelo prefeito e demais órgãos da Administração Municipal. Administrar e acompanhar a Procuradoria Jurídica nos assuntos judiciais da Prefeitura.

4 – Secretaria Municipal da Administração – SEMAD.

Gerir a área administrativa da Prefeitura, dando ênfase do contexto de planejamento, organização, coordenação e supervisão dos serviços e rotinas relacionados à Administração Interna e das ações externas da administração pública. Apoiar administrativamente os setores dos três poderes, para assegurar o processamento de regulação das atividades e contribuir para tramitações rápidas de informações entre as diversas unidades da Prefeitura. Além disso, representa o Executivo, sempre que por ele indicado, em assuntos que envolvam contatos com entidades representativas dos serviços e servidores municipais.

5 – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

Coordenar, assistir, elaborar e acompanhar a execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei do Orçamento Anual e do Plano Plurianual de Investimentos, bem como elaborar projetos para as diversas áreas de atuação do governo municipal.

6 – Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

Executar e coordenar a política financeira e fiscal do município, bem como das atividades relativas a lançamento de tributos e arrecadação das vendas municipais, a fiscalização dos contribuintes, recebimentos, pagamentos e movimentação de valores, contabilidade e controle da execução orçamentária e assessoramento do Prefeito em assunto econômico-financeiro.

7 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU.

Exercer e coordenar o fomento agropecuário, incentivando as atividades rurais/agrícolas em todos os seus ramos, prestando orientação e assistência técnica, especialmente aos pequenos produtores, mantendo serviços de produção e

distribuição de utilidades, como sementes, mudas e reprodutores. Além do exposto, coopera para a concessão de crédito adequado às atividades agrícolas, a partir das necessidades das propriedades rurais.

8 – Secretaria Municipal de Educação – SEME.

Exercer e coordenar as atividades relativas à educação e recreação pública, cabendo-lhe a gestão da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e de suas modalidades de ensino (Educação do Campo, Educação Inclusiva, Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Educação a Distância).

9 – Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

Exercer e coordenar as atividades relacionadas à promoção de assistência social às classes menos favorecidas, bem como, tratar de questões sociais com as relativas ao menor e a criança.

10 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMUR.

Coordenar a execução dos serviços de limpeza urbana e iluminação pública.

11 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOU.

Coordenar e executar as atividades ligadas as obras públicas, urbanismo e habitação.

12 – Secretaria Municipal da Saúde – SEMUSA.

Coordenar e executar os serviços médicos e odontológicos do município e dos assuntos relacionados. Administrar os postos de saúde, proporcionando o atendimento médico e odontológico às pessoas carentes do município, bem como, aos servidores municipais e desenvolver campanhas sobre medicina preventiva.

13 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura – SEDEC.

Coordenar e executar as atividades culturais, desportivas e de lazer do município, bem como o contexto empresarial e de desenvolvimento econômico.

Essa descrição atualizada encontra-se presente na Lei Ordinária N° 3857/2017, de 31 de julho de 2017, que Dispõe sobre a estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo de São Gabriel, que cita as secretarias no Artigo 22, do Capítulo II.

Nessa lei, o Capítulo I descreve as extinções, integrações e nomenclaturas das Secretarias Municipais. Ela estabelece a extinção de 2 secretarias e propõe a integração de outras 4 secretarias, sendo suas atividades, cargos e acervos

transferidos para outra repartição correspondente. Além disso, altera-se os nomes de 5 secretarias. Assim, podemos citar essas mudanças, baseados nos artigos da lei:

- Artigo 1º: EXTINÇÃO da Secretaria Municipal de Compras, Licitações, Materiais e Serviços e TRANSFERÊNCIA para a Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ.
- Artigo 2º: EXTINÇÃO da Secretaria Municipal de Gestão e Relações Comunitárias e TRANSFERÊNCIA para a Secretaria de Planejamento e Projetos – SEPLAN.
- Artigo 3º: INTEGRAÇÃO da Secretaria Municipal de Trabalho, Indústria e Comércio e da Secretaria de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer e TRANSFERÊNCIA para a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura– SEDEC.
- Artigo 4º: INTEGRAÇÃO da Secretaria Municipal de Viação e Transporte e a Secretaria de Agricultura e TRANSFERÊNCIA para a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SEDRU.
- Artigo 5º: ALTERAÇÃO de Secretaria Municipal de Agricultura, para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU; ALTERAÇÃO de Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para Secretaria Municipal de Administração – SEMAD; ALTERAÇÃO de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos, para Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – SEPLAG; ALTERAÇÃO de Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, para Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOU; e ALTERAÇÃO de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, para Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

6 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

6.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL DE OFERTA DE MATRÍCULAS NAS REDES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS

A estrutura educacional do município de São Gabriel/RS está organizada em instituições, de diferentes níveis e modalidades de ensino, desde públicas a privadas. Segundo os dados coletados no Conselho Municipal de Educação de São Gabriel e Conselho Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul, em 2018 possui 57 escolas/instituições da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio) e Superior (Graduação e Pós-Graduação). As instituições de ensino, em sua maioria, encontram-se localizadas na sede municipal, sendo que outras estão especializadas na área rural. De forma geral, essas instituições são geridas pela Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Ministério da Educação/Governo Federal e iniciativa privada.

6.1.1 Contexto Municipal

Encontra-se dividido em 37 instituições de ensino, assim distribuídos:

- Ensino Fundamental: E.M.E.F. Assis Brasil, E.M.E.F. Carlota Vieira da Cunha, E.M.E.F. Dom Pedro II, E.M.E.F. Dr. João Manoel Salvadé, E.M.E.F. Dr. Pedro Ferraz Neto, E.M.E.F. Ginásio São Gabriel, E.M.E.F. Homero Menna Barreto Prates da Silva, E.M.E.F. José Ferreira da Fonseca Lima, E.M.E.F. Marechal Deodoro, E.M.E.F. Menino Jesus - CAIC, E.M.E.F. Presidente João Goulart, E.M.E.F. Presidente Kennedy, E.M.E.F. Professora Maria Carolina Berny, E.M.E.F. Professora Brandina Mello, E.M.E.F. Senador Tarso Dutra, e E.M.E.F. Telmo Borba Menzes.
- Ensino Técnico: E.T.M. São Gabriel.
- Ensino Infantil: E.M.E.I. Alcida Chagas da Silveira, E.M.E.I. Anadir França Laureano, E.M.E.I. Menino Jesus - CAIC, E.M.E.I. Santa Clara, E.M.E.I. Tia Suely B. de Abreu, E.M.E.I. Casa da Criança Trindade, E.M.E.I. Sítio do Pica Pau Amarelo, E.M.E.I. Severina Trassante Colares, E.M.E.I. Vó Edy Garagorri Teixeira, E.M.E.I. José Evaristo Macedo Casado, E.M.E.I. Angela Maria de Moraes Scipioni e E.M.E.I. Nossa Senhora Menina.

- Escolas Polos: E.M.E.F. Baltazar Teixeira da Silveira, E.M.E.F. Ernesto José Annoni, E.M.E.F. Jerônimo Machado, E.M.E.F. Maria Manoela da Cunha Teixeira, e E.M.E.F. Mascarenhas de Moraes.
- Escolas Multisseriadas: E.M.E.F. Victória D'Ávila Chiappetta, E.M.E.F. João Giuliani, e E.M.E.F. Catão Peres.

6.1.2 Contexto Estadual

Encontra-se dividido em 12 instituições de ensino, assim distribuídos:

- Ensino Fundamental : E.E.E.F. Ataliba Rodrigues das Chagas (e mais 3 anexos⁷), E.E.E.F. Antônio José de Assis Brasil, E.E.E.F. Dr. Pery da Cunha Gonçalves, E.E.E.F. Dr. Camilo de Freitas Mércio e E.E.E.F. Professora Sueni Goulart Santos.
- Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Curso Normal: Instituto Estadual de Educação Menna Barreto.
- Ensino Fundamental e Médio: E.E.E.M. Dr. Fernando Abbott, E.E.E.M. Dr. José Sampaio Marques da Luz, E.E.E.M. João Pedro Nunes, e E.E.E.B. Dr. Celestino Lopes Cavalheiro.
- Ensino Médio: Colégio Tiradentes São Gabriel.
- Ensino Médio e Técnico: E.E.E.M. XV de Novembro.

6.1.3 Contexto Federal

Encontra-se dividido em 2 instituições de ensino, assim distribuídos:

Ensino Técnico: Instituto Federal Farroupilha (Centro de Referência de São Gabriel/RS).

Ensino Superior: Universidade Federal do Pampa (Campus São Gabriel/RS).

6.1.4 Contexto Privado

Encontra-se dividido em 6 instituições de ensino, assim distribuídos:

- Ensino Infantil, Fundamental e Médio: Escola Nossa Sra do Perpétuo Socorro.
- Ensino Infantil: Escola de Educação Infantil Docemel.
- Ensino Infantil e Fundamental: Escola de Ensino Fundamental Mondrian.

⁷ No ano de 2014, o Governo Estadual do estado do Rio Grande do Sul criou três unidades/anexos educacionais, chamados de módulos escolares, que consiste em extensões da EEEF Ataliba Rodrigues das Chagas, pois essa escola é responsável pela gestão administrativa e pedagógica dessas unidades/unidades.

- Ensino Médio: Escola de 2º Grau da universidade da Região da Campanha (URCAMP – Campus São Gabriel/RS).
- Ensino Superior: Universidade da Região da Campanha - URCAMP (Campus São Gabriel/RS) e Centro Universitário Internacional UNINTER – Grupo Educacional UNINTER.

6.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL/RS: ORGANIZAÇÃO/SETORES E FUNCIONAMENTO/AÇÕES

A Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS corresponde ao segmento responsável pela educação, dentro do poder executivo, exercendo suas ações nas instituições de ensino municipais. Possui um total de 37 escolas municipais (Censo Escolar/2018), com a presença de 16 escolas de Ensino Fundamental Urbana, 8 escolas de Ensino Fundamental do Campo, 12 escolas de Educação Infantil e 1 escola de Ensino Médio e Técnico, como exposto na Figura 2.

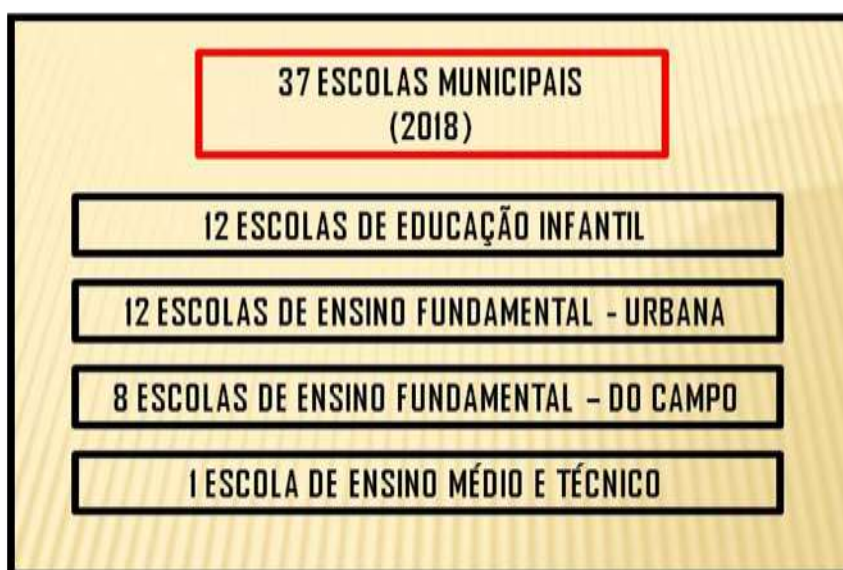


Figura 2 – Escolas Municipais de São Gabriel/RS
Fonte: Secretaria Municipal de Educação
Elaborado pelo autor

Para a execução das atividades pedagógicas, as instituições de ensino contam com recursos humanos distribuídos entre 550 professores concursados, 5 professores contratados, 160 monitores/estagiários de Educação Infantil, 120

monitores/estagiários de Educação Inclusiva, 6 monitores/estagiários de Educação Ambiental e 5 monitores/estagiários de Educação do Campo.

Na estrutura de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação, existem funcionários que desempenham diferentes funções, de aspectos pedagógicos, até administrativos/estruturais. Estes encontram-se lotados nessa secretaria provenientes de nomeações/efetivos e/ou cargos comissionários (cargo em comissão/função gratificada). As funções gratificadas são disponibilizadas para integrantes do quadro de servidores, ou seja, apesar de contabilizar para fins de cargos comissionários, esses servidores encontram-se inseridos no quadro geral dos servidores, ou seja, são servidores nomeados em concurso público, efetivos.

No total, são 71 pessoas lotadas/disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, sendo 54⁸ entre cargos comissionários e servidores efetivos; 06 terceirizados; e 11 estagiários, que exercem funções de manutenção, logística, administrativo e pedagógico⁹, que podemos verificar na Tabela 4.

FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SÃO GABRIEL/RS			
FUNÇÃO	SERVIDOR	TERCEIRIZADO	ESTAGIÁRIOS
LOGÍSTICA	28 pessoas	-	-
ADMINISTRATIVO	15 pessoas	02 pessoas	01 pessoa
PEDAGÓGICO	08 pessoas	-	10 pessoas
MANUTENÇÃO	03 pessoas	04 pessoas	-
TOTAL: 71 pessoas	54 pessoas	06 pessoas	11 pessoas

Tabela 4 – Funcionários da Secretaria Municipal de Educação – São Gabriel/RS

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Elaborado pelo autor

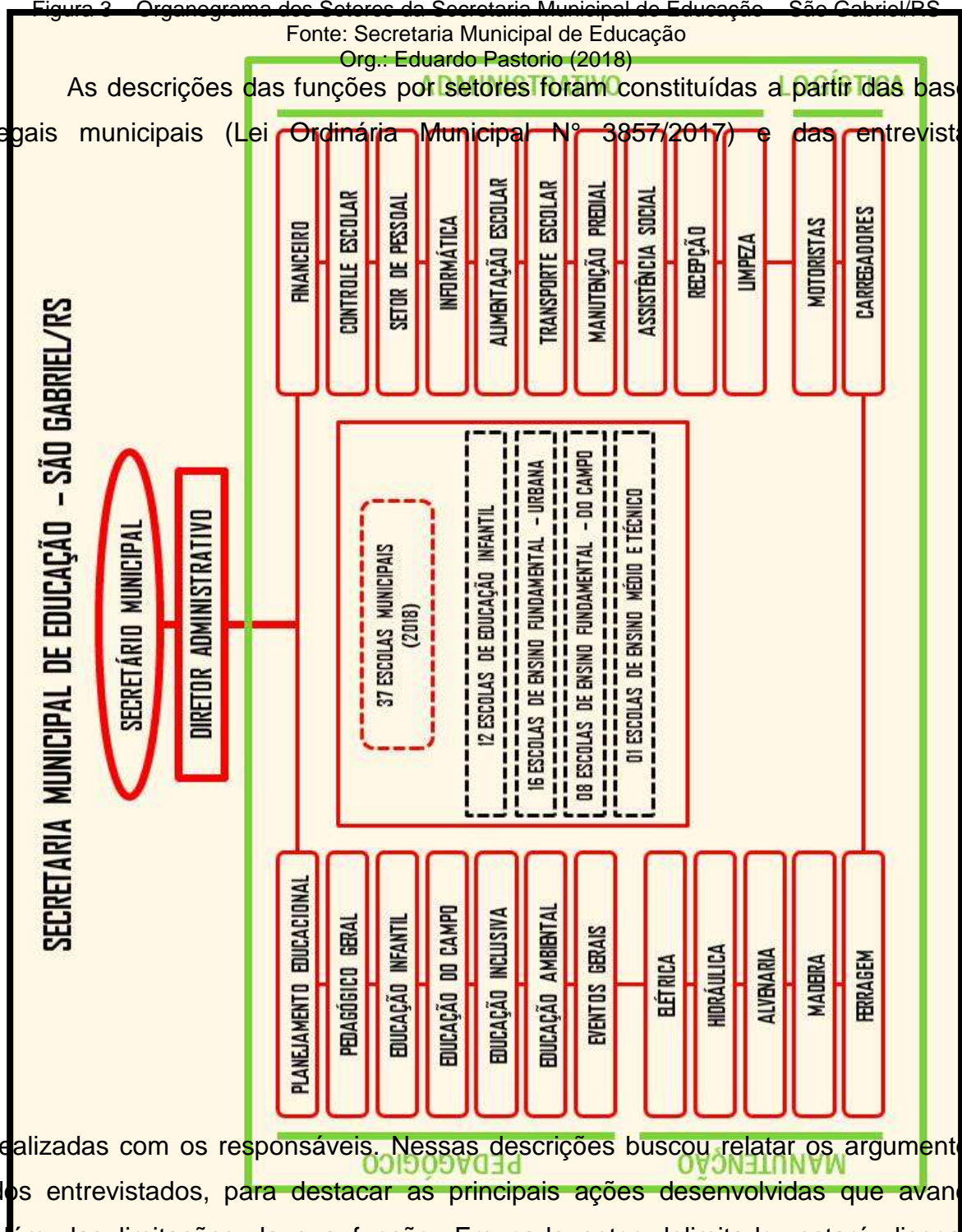
As pessoas vinculadas a SEME desenvolvem suas atividades profissionais em prol do funcionamento dessa secretaria. Porém, o objetivo principal é ofertar uma

⁸ Nos documentos oficiais, encontra-se a presença de 55 cargos comissionários na educação, porém destes, 1 servidor está cedido a Secretaria Municipal da Saúde e, desta forma, não encontra-se disponível a SEME.

⁹ Essa distribuição entre funções de manutenção, logística, administrativo e pedagógico consiste em uma distribuição realizada pelo autor, a partir das entrevistas e da percepção diária do trabalho desenvolvido, ou seja, a definição da função não se encontra presente no documento funcional do funcionário, pois a função desenvolvida na prática não se adéqua ao disposto no seu vínculo funcional com a administração pública.

educação de qualidade aos alunos e adolescentes atendidos pelas instituições de ensino municipais, como se percebe na Figura 3. Está organizada em formato de organograma, com a intenção de possibilitar melhor compreensão dos fluxos de trabalho e da organização do funcionamento da rede municipal de educação.

Figura 3 – Organograma dos Setores da Secretaria Municipal de Educação – São Gabriel/RS
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação
 Org.: Eduardo Pastorio (2018)
 As descrições das funções por setores foram constituídas a partir das bases legais municipais (Lei Ordinária Municipal N° 3857/2017) e das entrevistas



realizadas com os responsáveis. Nessas descrições buscou relatar os argumentos dos entrevistados, para destacar as principais ações desenvolvidas que avança além das limitações da sua função. Em cada setor delimitado, estará disposto correspondendo a função pedagógico, administrativo, manutenção e/ou logística, e

se o vínculo funcional, condiz a Cargo em Comissão, Cargo em Função Gratificada, Cargo Efetivo (proveniente de concurso público), Estagiário e/ou Terceirizado.

Abaixo estarão apresentadas as 26 funções (dispostos no organograma), sendo descritas as ações desenvolvidas por cada setor na prática diária, que pode conter diversas pessoas vinculadas. Vale destacar, que a função descrita, por vezes, não corresponde ao vínculo empregatício exposto no documento funcional junto a Prefeitura Municipal. Visto que, devido à inexistência de alguns cargos na estrutura administrativa oficial e identificando uma necessidade imediata, atribua-se na prática atribuições específicas e vincula-se no regime funcional no cargo que estiver à disposição, que se encontra devoluto.

Iniciaremos as exposições das funções pelo Secretário e Diretor Administrativo, após com os setores pedagógico e manutenção, finalizando com o administrativo e logística, seguindo o ordenamento do organograma, assim dispostos:

- Secretário Municipal de Educação (Administrativo)

Exercido por um pessoa, correspondendo a Cargo em Comissão, responsável em gerir as Escolas Públicas Municipais (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio/Técnico, do campo e da cidade). Dentro disso, insere-se o contexto do desenvolvimento educacional e garantir qualidade na oferta da educação na rede de ensino municipal.

- Diretor Administrativo (Administrativo)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa e responsável em assessorar a Secretaria de Educação em atividades específicas da área administrativa participando do planejamento e operacionalização das ações, assim como, avaliar as atividades para certificar-se da regularidade no desenvolvimento do processo. Organizar e atuar em atividades diárias, respaldando-se nas diretrizes traçadas pelo secretário. Representar a sua área, na ausência do secretário, em comitês e outras reuniões, assim como em outras instituições, assumindo responsabilidades inerentes ao cargo de Diretor.

- Planejamento Educacional (Pedagógico)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa, que coordenada, juntamente com a direção, a elaboração e responsabilização pela divulgação e execução da Proposta Pedagógica das escolas, articulando de forma

participativa e colaborativa com as comunidades escolares. Organizar e apoiar as ações/projetos pedagógicos, propiciando sua efetividade e estabelecer uma parceria com a direção da escola.

- Pedagógico Geral (Pedagógico)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa, acompanhada por uma assessora pedagógica, com vínculo de Cargo em Comissão e uma estagiária, de vínculo de estágio remunerado. Esse setor é responsável em acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem, contribuindo na busca de soluções para os problemas de aprendizagens identificados.

Coordena o planejamento e a execução das ações pedagógicas nas escolas, atuando de maneira integrada à direção e à equipe pedagógica. Promove formações continuadas e eventos na área da educação, que propicie a discussão de bases teóricas e pedagógicas.

Coordena projetos e práticas pedagógicas nas escolas, orientando essas ações, sugerindo possibilidades de desenvolvimento educacional. Avalia o desenvolvimento pedagógico dos docentes e, caso necessário, orienta o desenvolvimento das atividades profissionais. Acompanha e contribui na execução de políticas educacionais e de atividades das esferas estaduais e federais.

- Educação Infantil (Pedagógico)

Corresponde a Cargo em Comissão, exercido por uma pessoa, com a assessoria de uma estagiária, de vínculo de estágio remunerado. Esse setor é responsável pela coordenação das atividades da Educação Infantil, nas 12 escolas, segundo a orientação estadual e as normas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Tem como incumbência: acompanhar o trabalho pedagógico dos professores e avaliar as atividades desenvolvidas; promover a cooperação dos sujeitos das comunidades escolares, sendo a escola como polo democrático de articulações de ações; e, manter e promover formações continuadas aos profissionais da área de educação dessa etapa da educação.

- Educação do Campo (Pedagógico)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa, responsável pela coordenação das atividades pedagógicas e administrativas de 8 Escolas do Campo. Neste sentido, fazem parte de seus ofícios: acompanhar o trabalho pedagógico, promovendo o desenvolvimento educacional e efetivação do

processo de ensino e de aprendizagem; promover formação continuada e eventos na área da educação às direções, professores e estagiários/monitores; orientar as equipes diretivas no acompanhamento e gestão das instituições de ensino; e propor projetos pedagógicos interdisciplinares e avaliar sua aplicabilidade.

- Educação Inclusiva (Pedagógico)

Corresponde a Cargo em Comissão, exercido por uma pessoa. Esta fica responsável: em criar projetos visando a promoção o processo de inclusão escolar e fornecer subsídios para a convivência construtiva dos alunos; promover formações continuadas para os profissionais de educação; buscar alternativas de socialização dos alunos inclusos; e desenvolver metodologias de promoção de atividades que desenvolvam a relação social, motora e afetiva dos alunos.

- Educação Ambiental (Pedagógico)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por uma pessoa e assessorada por 8 estagiários, de vínculo de estágio remunerado. A responsabilidade consiste pensar, em consonância com o setor pedagógico, ações que promovam o conceito de sustentabilidade e de educação ambiental nas escolas municipais e em espaços urbanos.

- Eventos Gerais (Pedagógico)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa, acompanhada por um assessor pedagógico, com vínculo de Cargo em Comissão. A responsabilidade deste cargo consiste em: juntamente com os demais integrantes do setor pedagógico, criar, planejar e executar eventos/atividades/promoções com fins pedagógicos e de desenvolvimento do conhecimento científico e cultural. Além disto, tem como objetivo atender a demanda da comunidade escolar da rede municipal de ensino e avançar as demais esferas públicas e particulares de ensino, quando possível.

- Elétrica/Hidráulica/Alvenaria/Madeira/Ferragem (Manutenção)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por 3 pessoas, assessorados por 4 funcionários terceirizados, que desenvolvem as atividades de manutenção escolar, de forma preventiva ou emergencial, em diferentes aspectos e necessidades, com o intuito de manter em condições as estruturas físicas dos ambientes escolares municipais.

- Financeiro (Administrativo)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa, acompanhada por uma assessora financeira, com vínculo de Cargo Efetivo. Possui como funções: desenvolver serviços técnicos de contabilidade, responsável pela compra, acompanhamento e entrega de produtos adquiridos pela secretaria. Realizar solicitações de diárias e empenhar licitações de produtos necessários as instituições de ensino. Inserir os dados no sistema municipal e prestar contas do contexto financeiro aos órgãos fiscalizadores.

- Controle Escolar (Administrativo)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por duas pessoas, responsáveis em administrar e controlar o contexto da vida escolar do aluno, dos documentos de identificação e do histórico escolar, dentro da rede municipal de ensino.

- Setor de Pessoal (Administrativo)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercida por uma pessoa, assessorada por um Cargo em Comissão. Sua responsabilidade consiste em acompanhar a vida funcional dos servidores ligados a secretaria, que envolve os funcionários e professores das escolas municipais.

- Informática (Administrativo)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por uma pessoa, responsável pelo suporte técnico dos equipamentos eletrônicos básicos (computador, notebook, impressoras e datashow) e do uso de dados de internet, da secretaria e das instituições de ensino municipais.

- Alimentação Escolar (Administrativo)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercida por uma pessoa. Sua função registre-se nas ações vinculada a Alimentação Escolar aos alunos das Escolas Municipais, definindo o cardápio a ser executado, garantindo a legislação vigente sobre as calorias necessárias. Este cargo, também monitora e avalia a execução das atividades da empresa terceirizada, na prestação dos serviços firmados em contrato.

- Transporte Escolar (Administrativo)

Corresponde a Cargo de Função Gratificada, exercido por uma pessoa e assessorada por uma estagiária, de vínculo de estágio remunerado. Esse setor é responsável pela logística na secretaria e nas escolas que possuem transporte escolar.

Dentre suas ações, realiza o controle diário (frequência e horas-extras), escala dos motoristas da SEME, fiscalização da necessidade do uso do transporte, fiscalização das vias de acesso, agendamento de viagens com veículos da SEME, zelo pelos veículos disponíveis, manutenção preventiva e corretiva através de prestadores de serviços.

Além disso, monitora e controla a quilometragem diária dos veículos do transporte terceirizado e próprio, reestrutura as linhas do transporte, buscando ofertar transporte com qualidade, exigindo cumprimento das normas que constam no Código Nacional de Trânsito, atendendo cidadãos e servidores quando solicitado e exigindo cumprimento do contrato da empresa terceirizada para o transporte.

- Manutenção Predial (Administrativo)

Corresponde a Cargo em Comissão, exercido por uma pessoa, com a responsabilidade de: coordenar as tarefas de aperfeiçoamento das instalações, máquinas e demais equipamentos disponíveis nas escolas e na secretaria. Assessorar em atividades de planejamento, através de suporte técnico, contratações e negociações de profissionais e/ou empresas, atuando como facilitador junto aos fornecedores de prestadores de serviços ou fornecedores de matéria prima, produtos e equipamentos, acompanhando os orçamentos e entregas.

Destaca-se também a necessidade acompanhar atividade da equipe e do setor quanto ao atendimento das demandas de serviços, coordenando a equipe técnica, realizando o planejamento das manutenções preventivas e as ações prioritárias/emergenciais.

- Assistência Social (Administrativo)

Corresponde a Cargo em Comissão, exercido por uma pessoa, responsável em controlar e acompanhar a distribuição das ações sociais, das esferas federal, estadual e municipal.

- Recepção (Administrativo)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercida por uma pessoa, com a assessoria de funcionária terceirizada, com a responsabilidade de recepcionar as pessoas e de receber as ligações da secretaria, direcionando aos setores correspondentes, para realizar o atendimento necessário.

- Limpeza (Administrativo)

Corresponde a Cargo Terceirizado, exercido por uma pessoa. Sua responsabilidade consiste em manter limpo e higienizado todos os ambientes da secretaria.

- Motoristas (Logística)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por 26 pessoas. Destes, dividam-se em 21 motoristas que trabalham no transporte escolar, com a função de transportar os alunos e professores até as escolas; 4 motoristas dos carros, responsáveis em transportar os funcionários da secretaria, na execução de suas ações nas escolas, em espaços públicos e privados, em qualquer município necessário; e, 1 motorista do caminhão, com a finalidade de executar o transporte de mercadorias, dentro das necessidades da secretaria ou da administração pública.

- Carregadores (Logística)

Corresponde a Cargo Efetivo, exercido por 2 pessoas, responsáveis em realizar o carregamento dos materiais a serem transportados pelo caminhão.

7 O SETOR DE COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO GABRIEL/RS

7.1 A COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO COMO ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

As escolas são espaços dinâmicos de participação de diferentes segmentos como alunos, pais, gestores, professores, funcionários, monitores e outros profissionais da área de educação. Nessa interação, no encontro desses diferentes setores no ambiente escolar, reflete na constituição da identidade desses sujeitos e pode influenciar no comportamento das pessoas, interferindo nas relações interpessoais e no ambiente de trabalho.

Essas relações ocorrem dentro do ambiente institucional, no envolvimento de todos os integrantes da comunidade escolar. Porém existem diversos outros segmentos que atuam sobre esse espaço, que não se encontram presente diretamente no cotidiano do trabalho. Nessa discussão envolvemos a Secretaria Municipal de Educação, com todo seu aparato de serviços, com destaque ao setor Coordenação das Escolas do Campo, que contribui e interfere diretamente no ambiente social e pedagógico.

Nesse sentido, pretende-se nesse capítulo dar ênfase a atuação do coordenador, que assume um caráter eminentemente pedagógico, que seguindo a afirmação de Ramos (2013), o coordenador adquire a função de ser o facilitador, mediador e articulador de ações e de atitudes que contribua e favoreça a reflexão e a discussão acerca dos problemas enfrentados no ambiente escolar.

As ações do coordenador avançam, além das questões restritamente pedagógicas, como para os demais setores administrativos e de manutenção. A fim de contribuir com o planejamento e acompanhar a execução do processo didático-pedagógico, orientando o grupo para aprenderem juntos por meio da troca de experiência, da dialogicidade e da formação continuada (LIMA, 2007; SANTOS, 2007; PIRES, 2005; ALMEIDA, 2010; PLACCO, 2010), tendo em vista a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem (OLIVEIRA; 2009).

Como afirma Ferreira (2012), o coordenador construirá seu trabalho pautado no diálogo e na tomadas de decisões de forma democrática. Para isso, deve

articular os processos educativos que organizam, estruturam e definem a escola, para a partir desse contexto contribuir com o processo de aprendizagem e dos demais itens característico do ambiente escolar (da ética, da responsabilidade, da cidadania e da solidariedade).

Neste trecho, daremos ênfase ao Setor de Coordenação das Escolas do Campo, que corresponde ao ponto central da nossa pesquisa. Como destacado, o intuito de desenvolver a pesquisa voltada a esse setor, constituiu-se pelo momento atual que estou inserido, na qual estou responsável por esse setor e que devido a minha caminhada acadêmica e de pesquisas, busquei dar visibilidade do trabalho desenvolvido.

De início, vale enfatizar que a função de Coordenador das Escolas do Campo não existe no quadro geral de servidores e nem mesmo na listagem dos cargos comissionários, visto que o vínculo para a pessoa designada a essa função é estabelecido como Chefe de Serviço de Supervisão Pedagógica.

Nesse sentido, esta função esta regulamentada pela Lei Ordinária N°3857/2017, de 31 de julho de 2017, que dispõe sobre a estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo de São Gabriel. Vale destacar que os cargos comissionários da administração pública municipal passaram por uma análise pelo Comitê Gestor no primeiro semestre de 2017, em que houveram alterações de cargos, mas mesmo assim, essa função não foi criada.

Apesar disso, culturalmente designam o nome dessa função de Coordenador das Escolas do Campo e as ações desenvolvidas pelo setor avançam em todas as esferas que perpassam o funcionamento de uma instituição de ensino. Atualmente, a gestão ocorre sobre 8 Escolas do Campo municipais, dispostas pelo interior do município de São Gabriel/RS, como se encontra na Figura 4, com um total de 573 alunos atendidos (Censo Escolar – Junho/2018).

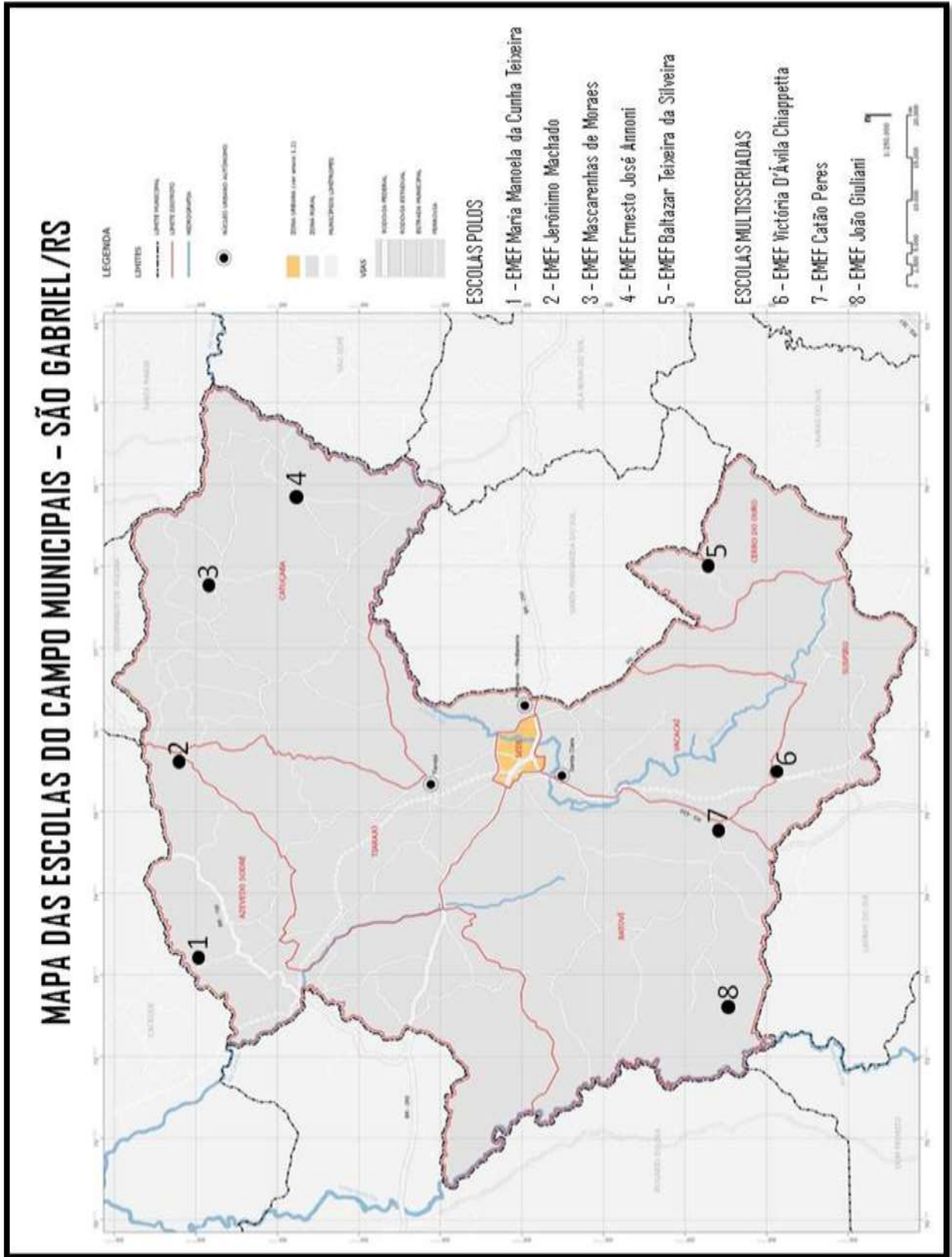


Figura 4 – Mapa das Escolas do Campo de São Gabriel/RS
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação
 Elaborado pelo autor

Devido as distâncias (logística) das Escolas do Campo, que são de 30 km e até 76 km de distância da sede urbana municipal, dificulta o acesso a todo o amparo da secretaria de educação.

Outro problema registrado refere-se a comunicação, de qualquer das formas disponibilizadas pela tecnologia. Isso pode ser identificado na Tabela 5, que pode se percebe quais tem acesso as comunicações básicas.

TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO X ESCOLAS DO CAMPO					
ESCOLAS DO CAMPO	TELEFONE FIXO	TELEFONE CELULAR	INTERNET FIXA	INTERNET MÓVEL	REDES SOCIAIS
EMEF Baltazar Teixeira da Silveira		X ¹⁰			
EMEF Catão Peres		X		X	X
EMEF Ernesto José Annoni			X		X
EMEF Jerônimo Machado		X		X	X
EMEF João Giuliani					
EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira	X ¹¹				
EMEF Mascarenhas de Moraes		X		X	X
EMEF Victória D'Ávila Chiappetta		X		X	X

Tabela 5 – Tecnologias de Comunicação X Escolas do Campo – São Gabriel/RS
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação
 Elaborado pelo autor

A esse cenário, percebe-se que nem todas escolas possuem acesso a comunicação direta, ou seja, no surgimento de algum problema, principalmente, de forma emergencial, atrapalha a comunicação aos interessados ou a resolução dos problemas. Ainda vale considerar que, por se tratar de lugares longínquos, como já mencionado, existe uma demora pelo retorno até a cidade.

¹⁰ O telefone celular que a EMEF Baltazar Teixeira da Silveira utiliza é de sua diretora, que devido morar na comunidade que se localiza a escola, possui antena receptor de sinal de telefonia. Porém, quando a mesma não encontra-se na escola, não possui comunicação via telefone celular.

¹¹ O telefone fixo disponibilizado na EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira é um número de telefone celular da operadora vivo, através de um chip adicionado ao um telefone convencional, que recebe sinal via satélite.

Assim, diante a essas dificuldades, a comunicação se efetiva após a chegada do transporte escolar na sede municipal, em horários que passam das 18 horas, posterior ao fechamento da secretaria de educação. A partir desse horário, inicia a comunicação com o Coordenador das Escolas do Campo, para o relatório das atividades desenvolvidas e para realizar as solicitações para os diferentes setores, como: planilha de transporte, solicitação de transporte, alimentação escolar, censo escolar, informática, documentação, correspondência, efetividade de professores, efetividade de monitores, bolsa família, boletim alunos, atestado de vaga e transferência, histórico escolar, situação do depósito, solicitação de material, caminhão, manutenção de infraestrutura, agendamento de palestrante, educação ambiental, reunião pedagógica, calendário letivo, viagem de estudo, projeto interdisciplinar, festividade (aniversário da escola, dia dos pais, das mães, da família, festa junina, mostra pedagógica, semana da pátria e farroupilha, dia das crianças, páscoa, natal, dia do índio, entre outros), organização do quadro de professores, organização dos períodos de aula, problemas com pais e alunos, encaminhamento de psicóloga, acionar conselho tutelar, manutenção das estradas, postagem em redes sociais, entre outros assuntos pertinentes a instituição de ensino e agravantes nas Escolas do Campo.

Percebe-se que o trabalho de coordenação das escolas do campo é amplo e dinâmico, que se efetiva em todos os turnos e que após as solicitações das direções, inicia o trabalho da resolução. Às vezes, as direções necessitam apenas dialogar, relatando o cotidiano da escola. Porém, quando da existência de um problema, a resolução inicia somente no dia seguinte, ou seja, o trabalho já se inicia atrasado.

Como dizia Augusto (2006, p.1), “quem dera coordenar fosse simples como diz o dicionário: dispor segundo certa ordem e método; organizar; arranjar; ligar”, pelo contrário, precisa de dedicação, paciência, atenção, responsabilidade e humanismo. O trabalho de coordenador avança ao contexto de liderança, saber dialogar e definir limites, atendendo os anseios os sujeitos que o envolve e definindo seus objetivos. Vale destacar, que as referências enocontradas sobre a temática, retratam o coordenador pedagógico da escola, que apenas difere no sentido da área de atuação e outros elementos introduzidos ao contexto da coordenação na secretaria de educação.

Estamos diante a um cenário de dinamismo, que segundo Ferreira (1998), é de "[...] transformações que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, em conseqüência dos processos de globalização, que afetam a sociedade [...]" e que afetam, diretamente, a configuração da educação. Dentro disso, surgem outras nomenclaturas, que substituem os tradicionais supervisores e orientadores pedagógicos (muitas intuições ainda retratam dessa forma), chamados de coordenador pedagógico ou professor coordenador pedagógico.

O coordenador pedagógico,

(...) muito antes de ganhar esse status, já povoava o imaginário da escola sob as mais estranhas caricaturas. Às vezes, atuava como fiscal, alguém que checava o que ocorria em sala de aula e normatizava o que podia ou não ser feito. Pouco sabia de ensino e não conhecia os reais problemas da sala de aula e da instituição. Obviamente, não era bem aceito na sala dos professores como alguém confiável para compartilhar experiências. Outra imagem recorrente desse velho coordenador é a de atendente. Sem um campo específico de atuação, responde às emergências, apaga focos de incêndios e apazigua os ânimos de professores, alunos e pais. Engolido pelo cotidiano, não consegue construir uma experiência no campo pedagógico. Em ocasiões esporádicas, ele explica as causas da agressividade de uma criança ou as dificuldades de aprendizagem de uma turma. (AUGUSTO, 2006, p.1).

Antes poderia ser percebido a existência de dois profissionais na escola, sendo registrado na figura do orientador educacional (responsável em cuidar dos alunos) e do supervisor escolar (cuidar dos professores), como menciona Placco (2002), se caso recuarmos alguns anos atrás perceberemos que o trabalho desenvolvido hoje pelo coordenador pedagógico era exercido por mais de um profissional com terminologias diferentes no ambiente escolar.

Placco (2002) enfatiza a função da presença do coordenador pedagógico na escola, que desenvolve ações de parceria, articulação, formação, informação, ajuda e orientação. Vale destacar que, quando encaminhamos desta forma, sempre haverá a participação de todos os membros das comunidades escolares, priorizando o trabalho educacional a ser desenvolvido.

Chiavenato (1997, p.101), enfatiza que a busca pela qualidade na educação nas instituições de ensino é necessário formas que sustentem um trabalho em equipe e de gestão entre seus membros, em que "não se trata mais de administrar pessoas, mas de administrar com as pessoas". As organizações cada vez mais

precisam de pessoas proativas, responsáveis, dinâmicas, inteligentes, com habilidades para resolver problemas e tomar decisões.

A função de coordenador precisa ir além do conhecimento teórico, como afirma Novoa (2001), precisa estar sempre atualizado e acompanhar o trabalho desenvolvido, com a percepção e sensibilidade de identificar as necessidades dos membros das instituições de ensino. Dentro disso, Nogueira (2008, p.1) enfatiza,

Dentro das diversas atribuições está o ato de acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo de ligação entre os envolvidos na comunidade educacional. A questão do relacionamento entre o coordenador e o professor é um fator crucial para uma gestão democrática, para que isso aconteça com estratégias bem formuladas o coordenador não pode perder seu foco.

O ato de coordenador exige preparo e formação, estando atendo as necessidade destacados. Mas, não se restringe ao contexto de resolução de problemas e de “apagar incêndios”. Necessita de tempo e planejamento para suas ações, bem como capacidade técnica de conseguir agir nos setores que emergem como frágeis ou que precisam de atenção.

7.2 ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS

O desenvolvimento das ações do Coordenador das Escolas do Campo ocorrer sobre 8 instituições de ensino municipais localizadas no interior do município de São Gabriel/RS (Figura 4). Para o desenvolvimento das ações, conta-se com o trabalho pedagógico de aproximadamente 95 pessoas (entre monitores, professores e funcionários), atendendo a um total de 573 alunos matriculados, em nível de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O número de alunos vem se modificando no decorrer dos últimos anos, com o desenvolvimento do processo de êxodo rural no município. Do contexto apresentando na Tabela 3 (de diminuição da participação da população rural no total da população do município de São Gabriel/RS), percebe-se que existe uma continuidade no processo e que pode ser identificado no total de matrículas nas Escolas do Campo, entre 2009 a 2016, em que ocorreu uma diminuição gradativa, passando de 711 para 500 alunos matriculados, como pode ser observado no Gráfico 1.

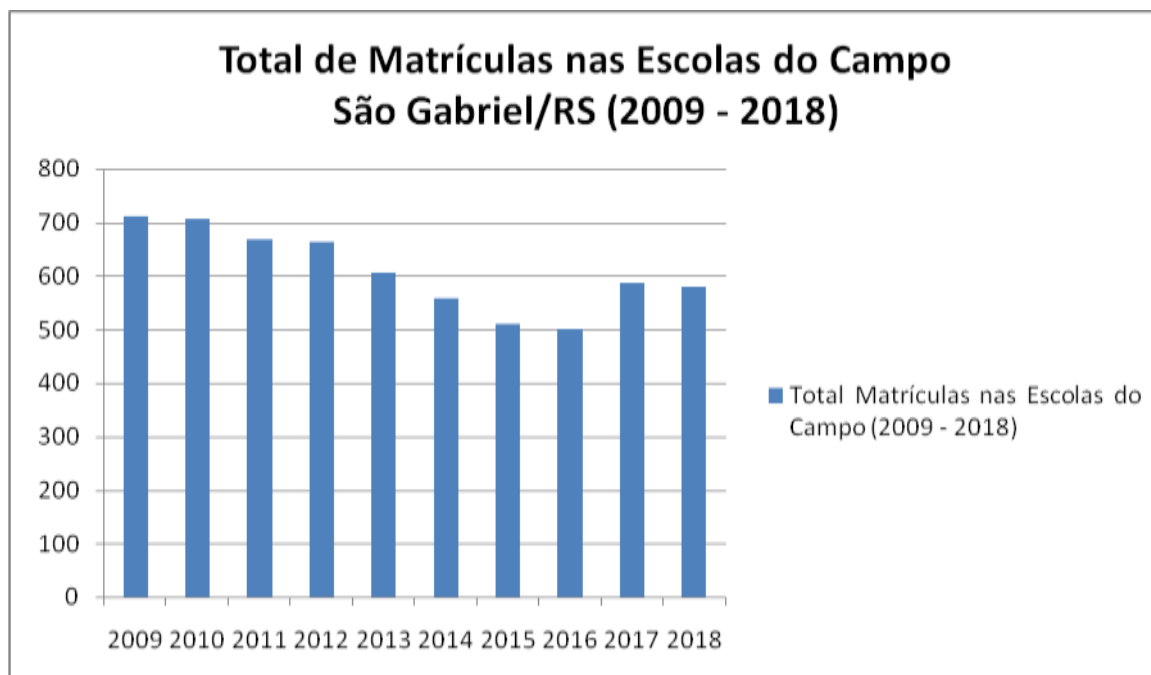


Gráfico 1 – Total de Matrículas nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS (2009 – 2018)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – Censo Escolar

Elaborado pelo autor

Porém, no Gráfico 1 percebe-se que no ano de 2017 ocorreu um aumento significativo de matrículas de 17,40%, passando para 587 no total. Isso ocorreu devido que, quando do início da gestão em 2017, verificou-se a necessidade do cumprimento de obrigações perante as legislações vigentes, principalmente o estabelecido no Plano Nacional de Educação (2014 – 2024) e no Plano Municipal de Educação (2015 – 2025), que entre as 20 metas estabelecida, define já na Meta 1 o seguinte,

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Dentro disso, quando do início da gestão em 2017, haviam apenas 2 Escolas do Campo atendidas com Educação Infantil, sendo que seria necessário ter universalizado o acesso até final de 2016. Como prioridade inicial, houve uma mobilização para organização do espaço físico, mobiliário e recursos humanos, bem como uma busca ativa para identificação de alunos de 4 e 5 anos, e no início do ano letivo de 2017, ofertamos a Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) para as 8 Escolas do Campo de São Gabriel/RS.

Essa universalização atendeu, não somente a PNE e o PME, mas uma reivindicação histórica das comunidades rurais. Após a abertura, ficamos encarregados de operacionalizar o funcionamento, devido ao quesito do transporte escolar, que percorrem longas linhas de estradas de precárias condições, em horários que antecedem a abertura do sol e posterior o por do mesmo, as preocupações dos pais, por se tratar de crianças de 4 e 5 anos, e a hora do sono, do brincar e do aprender, fundamental para alunos nessa faixa etária.

No primeiro ano de execução da Educação Infantil não houveram problemas com alunos atendidos nessas turmas, em que os pais sentiram a evolução de seus filhos, que favorecerá na construção do conhecimento, principalmente no ingresso ao Ensino Fundamental, devido a Pré-Alfabetização e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras das crianças. Além disso, a abertura dessa turmas foi um marco na história, não somente de São Gabriel/RS, mas para a região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, pois devido a longas distâncias da Casa e Escolas do Campo, fomos o primeiro município da região a universalizar o acesso a Educação Infantil nessas instituições de ensino.

7.2.1 Escola do Campo – EMEF Catão Peres

A EMEF Catão Peres encontra-se localizado no Distrito do Batovi, a 30 km da sede administrativa e disposta no número 7 da Figura 4. Consiste a uma Escola Multisseriada, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais (1º ao 5º ano), com um total de 27 alunos. Possui uma estrutura pequena, como apenas uma sala de aula, como pode ser observado na Figura 5.



Figura 5 – Escola do Campo - EMEF Catão Peres
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

7.2.2 Escola do Campo – EMEF Victória D'Ávila Chiappetta

A EMEF Victória D'Ávila Chiappetta encontra-se localizado no Distrito do Suspiro, a 38 km da sede administrativa e disposta no número 6 da Figura 4. Consiste a uma Escola Multisseriada, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais (1º ao 5º ano), com um total de 26 alunos. Possui uma estrutura pequena, como apenas duas salas de aula, como pode ser observado na Figura 6.



Figura 6 – Escola do Campo - EMEF Victória D'Ávila Chiappetta
Fonte: Trabalho de Campo.
Elaborado pelo autor

7.2.3 Escola do Campo – EMEF Baltazar Teixeira da Silveira

A EMEF Baltazar Teixeira da Silveira encontra-se localizado no Distrito do Cerro do Ouro, a 46 km da sede administrativa e disposta no número 5 da Figura 4. Consiste a uma Escola Seriada, chamada de Escola Polo, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais (1º ao 9º ano), com um total de 60 alunos. Possui uma boa estrutura, como pode ser observado na Figura 7, sendo que sua criação ocorreu em 08 de novembro de 1993.



Figura 7 – Escola do Campo - EMEF Baltazar Teixeira da Silveira

Fonte: Trabalho de Campo

Elaborado pelo autor

7.2.4 Escola do Campo – EMEF Jerônimo Machado

A EMEF Jerônimo Machado encontra-se localizada na localidade de Santo Antônio no Distrito do Azevedo Sodré, a 51 km da sede administrativa e disposta no número 2 da Figura 4. Consiste a uma Escola Seriada, chamada de Escola Polo, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais (1º ao 9º ano), com um total de 146 alunos. Possui uma boa estrutura, como pode ser observado na Figura 8, sendo que sua criação ocorreu em 02 de maio de 1994.



Figura 8 – Escola do Campo - EMEF Jerônimo Machado
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

7.2.5 Escola do Campo – EMEF João Giuliani

A EMEF João Giuliani encontra-se localizado na localidade da Formosa, Distrito do Batovi, a 55 km da sede administrativa e disposta no número 8 da Figura 4. Consiste a uma Escola Multisseriada, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais (1° ao 5° ano), com um total de 13 alunos. Possui uma estrutura pequena, como apenas uma sala de aula, como pode ser observado na Figura 9.



Figura 9 – Escola do Campo - EMEF João Giuliani
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

7.2.6 Escola do Campo – EMEF Ernesto José Annoni

A EMEF Ernesto José Annoni encontra-se localizada na localidade do Cerrito no Distrito do Catuçaba, a 57 km da sede administrativa e disposta no número 4 da Figura 4. Consiste a uma Escola Seriada, chamada de Escola Polo, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais (1° ao 9° ano), com um total de 115 alunos. Possui uma boa estrutura, como pode ser observado na Figura 10, sendo que sua criação ocorreu em 19 de abril de 1994.



Figura 10 – Escola do Campo - EMEF Ernesto José Annoni
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

7.2.7 Escola do Campo – EMEF Mascarenhas de Moraes

A EMEF Mascarenhas de Moraes encontra-se localizada na localidade do Faxinal no Distrito do Catuçaba, a 60 km da sede administrativa e disposta no número 3 da Figura 4. Consiste a uma Escola Seriada, chamada de Escola Polo, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais (1° ao 9° ano), com um total de 112 alunos. Possui uma boa estrutura, como pode ser observado na Figura 11, sendo que sua criação ocorreu em 09 de abril de 1992.



Figura 11 – Escola do Campo - EMEF Mascarenhas de Moraes
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

7.2.8 Escola do Campo – EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira

A EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira encontra-se localizada no Assentamento Guajuviras no Distrito do Azevedo Sodré, a 76 km da sede administrativa e disposta no número 1 da Figura 4. Consiste a uma Escola Seriada, chamada de Escola Polo, atendendo alunos de Educação Infantil (Pré-A e Pré-B) e Ensino Fundamental – Séries Iniciais e Finais (1° ao 9° ano), com um total de 81 alunos. Possui uma boa estrutura, como pode ser observado na Figura 12, sendo que sua criação ocorreu em 20 de março de 1999.



Figura 12 – Escola do Campo - EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira
Fonte: Trabalho de Campo
Elaborado pelo autor

8 PROJETOS ELABORADOS E PLANEJADOS PELO SETOR DE COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO

As ações a serem registradas nesse segmento constituem iniciativas pensadas a partir de 2017, no momento do ingresso do autor a esse setor. Na apresentação de cada proposta, será destacado se sua execução já ocorreu, ou encontra-se em processo de desenvolvimento. Vale destacar que essas propostas são ações que avançam além das atividades corriqueiras e diárias, de resolução de problemas e atendimentos as questões das Escolas do Campo.

8.1 CONCURSO GIRASSOL

Iniciativa criada e executada em 2017, que se encontra em fase de desenvolvimento em 2018. No ano anterior, essa ação tinha como objetivo promover nas Escolas do Campo, atividades de valorização do Girassol (enquanto símbolo da Educação do Campo) e que solicitassem aos alunos a confecção de um desenho com destaque para essa flor e com elementos que caracterizassem as aspectos/elementos rurais (vencedor na Figura 13).

Essa flor é o símbolo da Educação do Campo, como sendo o trabalhador do campo orientando-se pelo sol. Além disso, a flor de girassol significa felicidade. A cor amarela ou os tons cor de laranja das pétalas simbolizam calor, lealdade, entusiasmo e vitalidade, refletindo a energia positiva do sol.

A iniciativa buscava encontrar um desenho para servir de plano de fundo para o cartaz do II Seminário de Educação do Campo de São Gabriel/RS, que se realizou na EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira. Porém, o desenho ganhador surpreendeu nossas expectativas e serviu para, além do cartaz, também aos certificados do evento, bem como o plano de fundo das ações do Setor de Coordenação das Escolas do Campo da Secretaria Municipal de Educação, em apresentações em eventos e como layout do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS.



Figura 13 – Desenho Ganhador do Concurso Girassol 2017
Elaborado pelo autor

Dessa forma, lançamos para este ano, a 2ª Edição desta iniciativa, denominada CONCURSO GIRASSOL – 2018. Os objetivos permanecem os mesmos da 1ª Edição, na busca de encontrar um NOVO DESENHO para servir de imagem para todas as ações do Setor de Educação do Campo.

Para isso, cada escola deverá selecionar 6 desenhos, que considere que melhor simbolize a Educação do Campo e, após, encaminhar as imagens para a Secretaria Municipal de Educação até o dia 02 de julho, que fará a seleção do desenho destaque.

8.2 CONCURSO DESENHANDO O LOGOTIPO DA ESCOLA DO CAMPO

Planejado e em processo de execução em 2018. As instituições de ensino, por tradição, definem seus símbolos oficiais, normalmente, constituído pelo Hino, Bandeira e Brasão. Esses elementos representam a escola em eventos, festividades e cerimônias, usados no intuito de definir a sua marca.

Além destes símbolos oficiais, percebe-se que algumas escolas estão elaborando um desenho alternativo, com características modernas e descontraídas, utilizando-se de cores, números, letras, objetos, entre outros elementos que torne atrativo o material produzido.

Desta forma, para o ano de 2018, a Secretaria Municipal de Educação, através do Setor de Coordenação das Escolas do Campo, promovem o Concurso Desenhando o Logotipo da Escola do Campo, com o intuito das Escolas do Campo de São Gabriel/RS desenvolverem o seu próprio desenho alternativo (marca), para servir de símbolo para atividades a serem realizadas pela instituição de ensino. O concurso deve ser realizado com os alunos das Escolas do Campo, que realizarão o desenho e o destaque será escolhido para o Logotipo da Escola, para o ano de 2018.

8.3 PROJETO O ENSINO MÉDIO: VIVÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Iniciativa do ano de 2018, em processo de execução, com o objetivo de informar, dialogar e compartilhar aos alunos do 9º do Ensino Fundamental das Escolas do Campo (e alunos anteriores que já tenham concluídos essa etapa), questões vinculadas ao futuro no Ensino Médio.

Anualmente, cerca de 50 alunos das Escolas do Campo de São Gabriel/RS concluem o Ensino Fundamental, mas devido a diversos fatores, alguns destes não continuam sua formação na Educação Básica, mesmo sendo obrigatória por lei. Existem algumas questões (econômicas, sociais, culturais e familiares), que dificultam os alunos do campo pensar e planejar a continuidade dos estudos, mesmo sendo uma vontade individual.

A iniciativa desse projeto surgiu no intuito de proporcionar espaços de diálogo para esses alunos concluintes, de modo a oportunizar uma discussão sobre o Ensino Médio, o significado dessa etapa, as possibilidades de instituições, as formações disponíveis e relatos de experiências, como forma de aproximar esses sujeitos ao futuro no Ensino Médio. Vale destacar que, devido a não continuidade de alguns no Ensino Médio, os alunos que concluíram em anos anteriores o Ensino Fundamental nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS, também são convidados.

Este projeto será executado durante o ano de 2018, com espaços de diálogos e estudos nas escolas, entre direções/professores e alunos/pais/responsáveis, e com culminância do projeto em uma atividade na UNIPAMPA – Campus São Gabriel/RS, em uma instituição de ensino superior pública, como forma de mostrar as possibilidades futuras. Nesse dia, de caráter formal, serão convidadas pessoas que possuem experiências de vida, que possam relatar suas experiências pela busca da formação inicial e continuada, dentro da educação, no Ensino Médio e Ensino Superior, bem como profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como forma de aproximar os alunos com seus objetivos.

8.4 PROJETO DIA DE CAMPO

Atividade planejada em 2018 e encontra-se em processo de execução. Esse projeto surgiu com base que os sujeitos inseridos nas comunidades escolares das Escolas do Campo possuem características específicas de vivência social e práticas produtivas. Cada grupo familiar desenvolve suas ações baseadas em suas formações históricas, agrupadas pelas formações escolares recebidas durante sua existência e pela socialização com outros indivíduos (urbanos e rurais).

Com o desenvolvimento da globalização, a partir da última década do século XX, houve grandes mudanças no cenário mundial, relacionados ao setor econômico, social e cultural. Isso possibilitou alguns avanços, principalmente no desenvolvimento e acesso a tecnologias, acelerado no início do século XXI.

Percebe-se uma tendência entre as crianças e adolescentes em idade escolar, em buscar esses dispositivos modernos (uso de telefones celulares, programas de televisão, acesso a internet, entre outros), que está refletindo diretamente no seu interesse em relação aos saberes sociais locais. Porém, as tecnologias que, ao mesmo tempo, permitiu o acesso a novas culturas (desconhecidas por alguns), também utiliza de um tempo considerável dos alunos nessas ferramentas tecnológicas, em usos perversivos e indiscriminados, além de provocar uma homogeneização cultural, em que aceitam o advento de novos hábitos, em detrimento da cultura local, historicamente construídos pela comunidade.

Para isso, iniciativas de cunho prático e que caminhe no sentido de resgatar a cultura local, torna-se necessário, de forma a valorizar os saberes individuais e coletivos, possibilitando a permanência enraizada dos hábitos culturais com o cuidado com a terra e com os animais, e da produção agropecuária.

Assim, este projeto possui como objetivo resgatar e socializar os saberes locais das atividades produtivas e hábitos culturais, desenvolvidos pelas comunidades escolares rurais, aos alunos em formação nas Escolas do Campo do município de São Gabriel/RS.

Para a execução do projeto, cada Escola do Campo organizará um roteiro de atividades para o ano 2018, identificando na comunidade escolar sujeitos que possuem características próprias de produção agropecuária (cuidado com a terra e os animais), em que serão apresentado aos alunos, na própria propriedade rural da comunidade ou no ambiente escolar, aproximando os alunos ao contato com essas práticas, incentivando na continuidade da dedicação e trabalho no campo.

8.5 PROJETO HORTA ESCOLAR NA ESCOLA DO CAMPO

Projeto criado em 2018, que encontra-se em processo de desenvolvimento. Essa iniciativa tem como objetivo reativar e transformar a HORTA ESCOLAR como espaço educativo formal e não formal nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS, no desenvolvimento de método de ensino da Educação Ambiental e da Educação Alimentar.

Para isso, o Projeto Horta Escolar na Escola do Campo surge como forma de torna-se um espaço educativo, apresentando-se como lugar de ações interdisciplinares, socialização da cultura local e do desenvolvimento de conhecimento científico, ou seja, a Horta escolar deve ser compreendida como símbolo da Escola do Campo.

O público-alvo do projeto compreende aos membros da comunidade escolar das Escolas do Campo, que buscarão formas da produção e manutenção da Horta Escolar. Vale destacar que a instituição de ensino é responsável pelo projeto, cabendo o desenvolvimento da Horta Escolar, através do envolvimento dos membros da comunidade escolar, podendo desenvolver formas de promoção, através de parcerias com empresas, comunidade escolar, proprietários rurais,

instituições de ensino, profissionais da área agropecuária, entre outros, bem como estabelecer campanhas pedagógicas, com a finalidade de contribuir e colaborar no desenvolvimento da proposta.

As escolas necessitam criar formas de desenvolver atividades pedagógicas que vinculam a realidade e as necessidades do aluno. Nas Escolas do Campo, essa aproximação pode ser na direção do trabalho com a terra, sendo o elemento que atrela diretamente as atividades diárias das comunidades rurais.

Assim, a Horta Escolar pode ser esse elo integrador entre atividade pedagógica na escola e as práticas agropecuárias familiares. Além disso, como as hortas encontravam-se desativadas, este projeto surge como forma de reativação desse símbolo das Escolas do Campo.

A execução do Projeto Horta Escolar na Escola do Campo adquiri dois contextos: o primeiro, referente ao preparo/cuidado com a terra e, segundo, de constituir espaços de desenvolvimento de atividade pedagógica. Dentro disso, essa iniciativa consegue alcançar os objetivos de uma Escola do Campo, que constitui espaço de atividades que vinculam os sujeitos do campo, com atividades do seu contexto diário social, dentro do ambiente formal educativo.

8.6 PROJETO LOCALIZANDO AS ESCOLAS DO CAMPO

Iniciativa do ano de 2018, constituída por duas partes, sendo que a primeira já realizada e a segunda, em processo de desenvolvimento. Este projeto partiu do seguinte questionamento: você sabe aonde se localizam as Escolas do Campo do município de São Gabriel? Considerando a dimensão da área territorial, entre os 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul, São Gabriel é o 6º maior, chegar em uma das 8 Escolas do Campo Municipais, não é tarefa fácil, exigindo conhecimento do local, pois as distâncias variam de 29 km até 76 km, com baixa densidade demográfica.

A maioria dos munícipes desconhece a existência dessas escolas, que desenvolvem atividades pedagógicas para cerca de 700 alunos, das localidades dos Distritos Municipais, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. Um público significativo, considerando a diminuição da porcentagem total da participação da população rural em relação a população total do município (total de 60425

habitantes/2010) e considerando que a educação consiste, muitas vezes, o único serviço público recebido pelos sujeitos do campo.

Como forma de iniciar esse trabalho de localização, foram localizadas as Escolas do Campo no Google Maps, ou seja, o usuário que acessar esse serviço, pelo aplicativo do aparelho móvel ou pelo browser/navegador no desktop, poderá localizar a instituição de ensino e verificar a distância e o percurso, da escola até o local desejado.

Abaixo, realizamos um exemplo deste procedimento, destacando o percurso da Secretaria Municipal de Educação até a Escola do Campo, com sua respectiva distância e tempo aproximado de deslocamento (Figura 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21).

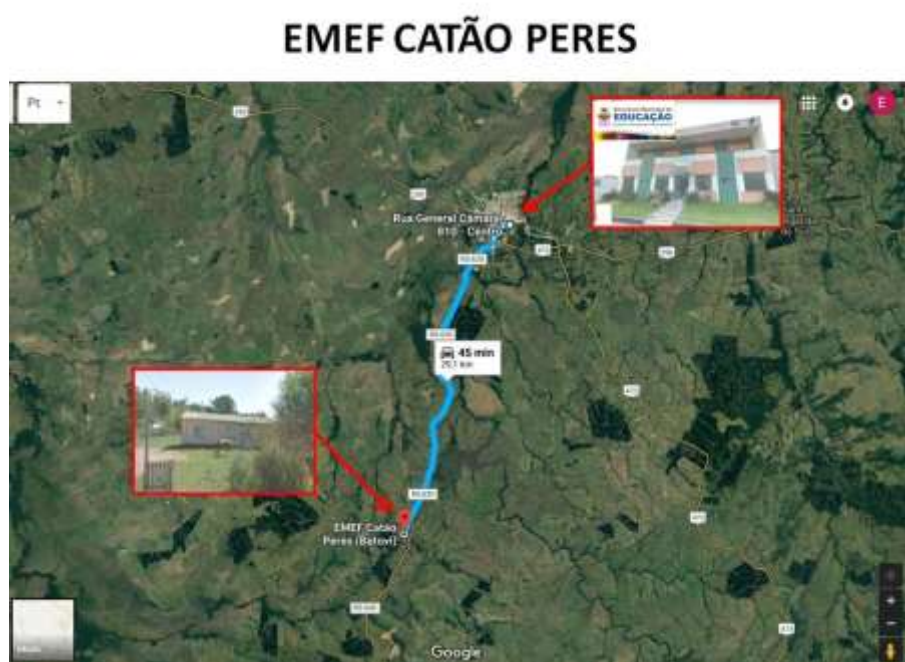


Figura 14 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Catão Peres (29,1 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF VICTÓRIA D'ÁVILA CHIAPPETTA



Figura 15 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Victória D'Ávila Chiappetta
(38,3 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF BALTAZAR TEIXEIRA DA SILVEIRA



Figura 16 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Baltazar Teixeira da Silveira
(45,9 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF JERÔNIMO MACHADO



Figura 17 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Jerônimo Machado (50,7 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF JOÃO GIULIANI



Figura 18 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF João Giuliani (54,7 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF ERNESTO JOSÉ ANNONI

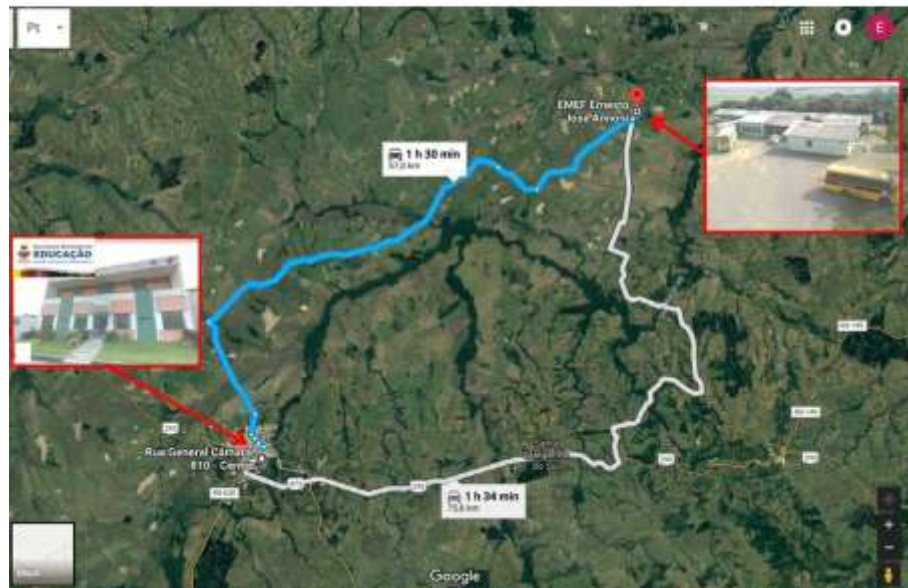


Figura 19 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Ernesto José Annoni (57 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF MASCARENHAS DE MORAES



Figura 20 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Mascarenhas de Moraes
(59,6 Km)
Elaborado pelo autor

EMEF MARIA MANOELA DA CUNHA TEIXEIRA

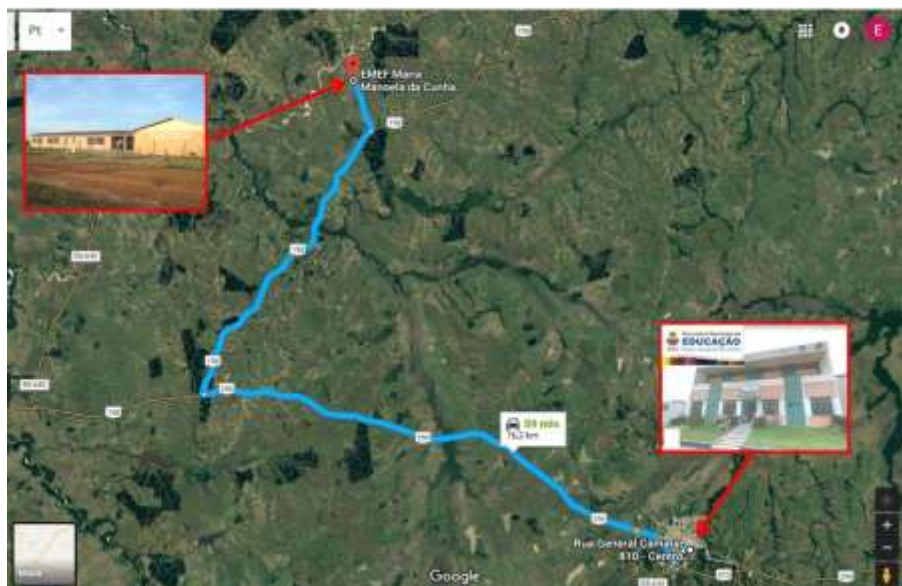


Figura 21 – Deslocamento Secretaria Municipal de Educação até EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira (76,2 Km)
Elaborado pelo autor

Após este trabalho de localização, avançou-se para a segunda etapa, que consiste na implantação de placas de trânsito, localizando as 8 Escolas do Campo da Rede Municipal de Ensino (O TRAJETO CIDADE – ESCOLA), de forma a dar possibilidade do deslocamento das pessoas da área urbana do município de São Gabriel, até cada instituição de ensino, bem como visibilidade aos sujeitos participantes a esses espaços. Essa etapa encontra-se em processo de estudo, na qual identificou a necessidade 47 placas diferentes, para posterior implantação.

8.7 CALENDÁRIO LETIVO DAS ESCOLAS DO CAMPO – ADAPTADO

Essa iniciativa vem se desenvolvendo em anos anteriores, mas que foi reforçado com bases legais atuais e com substituição de sua análise, que antes ocorria com pelo Conselho Estadual de Educação, com a criação passou para o Conselho Municipal de Educação. O calendário letivo das Escolas do Campo de São Gabriel é adaptado, seguindo as legislações vigentes, sendo que cada instituição possui o seu próprio documento, considerando as realidades encontradas em cada localidade.

Em termos gerais, temos a Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tradicionalmente conhecida como LDB, define no Artigo 23:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

No Artigo 24 estabelece que,

"Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Em seu Artigo 28 menciona que,

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

De forma específica, temos a Resolução CNE/CEB N° 01, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básicas nas Escolas do Campo, que manifesta-se em seu Artigo 7

Art. 7º. É de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, através de seus órgãos normativos, regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do

calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade. § 1º O ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDB, poderá ser estruturado independente do ano civil. § 2º As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

A partir dessas legislações, a mantenedora da Escolas do Campo, que no caso refere-se a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, torna-se responsável em criar e planejar o calendário letivo para essas instituições, sempre respeitando a participação democráticas do integrantes das comunidades escolares. Esse processo deve sempre ocorrer no ano anterior a execução do documento. Até o ano de 2013, a SEME organizava o calendário e envia para o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - CEED/RS, que na oportunidade, avaliava os fins legais, deferia um parecer e aprova/reprova o documento. A partir de 2014, com reorganização do Conselho Municipal de Educação de São Gabriel/RS - CME/SG, a SEME deve enviar o calendário para aprovação desse conselho, sempre antes do início da vigência do mesmo. A partir da aprovação, a SEME tem a responsabilidade de cumprir o disposto no documento e o conselho de fiscalizar a aplicabilidade do mesmo, sendo que, tendo a necessidade de qualquer alteração da proposta inicial, deve ser registrada em ata e comunicado ao conselho.

8.8 I CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS

Iniciativa planejada em 2018, que se encontra em execução, sendo pioneira no município de São Gabriel/RS (Imagem oficial do curso na Figura 22). Essa ação teve como objetivo oferecer formação continuada aos profissionais da área de educação, com atuação nas Escolas do Campo (municipais e estaduais) buscando contribuir nas práticas pedagógicas desenvolvidas e na qualidade da educação, seguindo a legislação vigente.



Figura 22 – Imagem Oficial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS
Elaborado pelo autor

A formação continuada de professores encontra-se nas legislações sobre a educação brasileira e disposta nos planos de carreira do magistério. Desta forma, o I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS foi criado no intuito de atender a demanda de formações aos profissionais da área de educação que atuam nas Escolas do Campo, oportunizando momentos de trocas de experiências e discussões sobre a temática Educação do Campo.

Vale destacar, que essa iniciativa contribui ao professor, no que consta no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de São Gabriel, no item “Da Qualificação Profissional”, que dispõe em seu Artigo 18, mencionando que, “A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino, será assegurada através de cursos de formação, (...) em consonância com a CAAEM”, contribuindo na vida funcional do servidor.

O curso é organizado de maneira presencial e a distância, com temática ligadas ao contexto da Educação do Campo e que possa ser agregado no trabalho pedagógico do professor. De forma presencial (Figura 23), terá um encontro por mês, de março a novembro de 2018. No modo a distância (Figura 24), teremos 15 atividades (utilizando da plataforma Moodle – Ambiente Virtual de Aprendizagem/AVA), distribuídas no decorrer do ano. No final do curso, os

participantes receberão um certificado de totalizando 100 horas de formação continuada.



Figura 23 – 1º Encontro Presencial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS
Elaborado pelo autor



Figura 24 – Página Inicial do I Curso de Educação do Campo de São Gabriel/RS na Plataforma Moodle
Elaborado pelo autor

8.9 II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS

Essa iniciativa ocorreu em 2017, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação de São Gabriel/RS e que se realizou no dia 18 de agosto, na Escola do Campo EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira, localizado no interior, a cerca de 76 km da sede municipal (Figura 25). Este evento tinha como objetivo em dar visibilidade as Escolas do Campo, valorizando os

profissionais que desenvolvem suas atividades nessas instituições de ensino, através de trocas de experiências e compartilhamento de práticas pedagógicas, sendo por isso da opção de realizar o evento em uma Escola do Campo.



Figura 25 – Distância da sede municipal de São Gabriel/RS, até a EMEF Maria Manoela da Cunha Teixeira
Elaborado pelo autor

O evento contou com a participação de 248 pessoas, entre ouvintes, formadores, palestrantes, alunos e organização, com representação de escolas municipais e estaduais, instituições de Ensino Superior (UFSM, UFRGS, IFF, URCAMP, UNINTER, UNOPAR e UNIPAMPA), administrações públicas (de Dom Pedrito, Santa Maria e Bagé) e entidade técnicas públicas e privadas. O evento contou com duas ações separadas, sendo uma proposta de formação para os alunos, com atividades desenvolvidas pela UFSM, e outra aos profissionais da área da educação, com a palestra de docente da UFRGS e oficinas desenvolvidas pelo IFF, UNIPAMPA, EMATER e COPTec), como exposto no Cartaz do Evento (Figura 26).



Figura 26 – Cartaz do II Seminário de Educação do Campo de São Gabriel/RS
Elaborado pelo autor

8.10 III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS

Essa iniciativa encontra-se em processo de planejamento e organização, com data prevista a ser realizada em 19 de agosto de 2018. De forma geral, seguirá os objetivos dos eventos anteriores, como forma de valorização das Escolas do Campo de São Gabriel/RS e dos profissionais que desenvolvem suas atividades nessas instituições, sendo por isso, que continuará sendo realizada em uma escola localizada no meio rural, sendo para 2018 na EMEF Ernesto José Annoni. Apenas como diferença, este ano a organização ficará a cargo somente da Secretaria Municipal de Educação.

8.11 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO

Essa iniciativa encontra-se em processo de execução e tem como objetivo avaliar a possibilidade de alteração da denominação das Escolas do Campo (instituições de ensino localizadas no interior) do município de São Gabriel/RS. Atualmente, as escolas recebem a denominação de Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e, se caso seja aprovado, as instituições receberiam a seguinte denominação: Escola Municipal do Campo de Ensino Fundamental (EMCEF).

Essa iniciativa seria inovadora no país e pioneira no Estado do Rio Grande do Sul, considerando que a nomenclatura (Escolas do Campo) é muito recente na legislação brasileira, datada do ano de 2002 (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, de 2002; Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, de 2008; Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (que torna a Educação do Campo como Modalidade de Ensino), de julho/2010; e, a Política de Educação do Campo e o PRONERA, novembro/2010).

Dentro disso, considero pertinente que o município seja referência sobre Educação do Campo, considerando os avanços e construções do trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas do interior da rede municipal, voltado aos povos do campo e seu saberes, resgatando a cultura local e pensando um currículo adaptado a essa realidade.

Ao consultar o Sistema Municipal de Ensino de São Gabriel/RS, sobre a denominação de escolas, verifica-se que não existe norma própria sobre o assunto, sendo que quando da inexistência, segue as resoluções e pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEED) do Rio Grande do Sul.

No CEED/RS, existe da Resolução nº 253, de 19 de janeiro de 2000, que “Consolida e amplia as normas para a designação de estabelecimentos de educação básica do Sistema Estadual de Ensino e estabelece outras providências”, e em seu Artigo 2º, já estabelece que, “Os estabelecimentos serão designados, conforme o nível ou as modalidades de ensino que ofereçam”.

Porém, como a lei é anterior as legislações sobre Educação do Campo e Escolas do Campo, ela não está explícita o uso dessas nomenclaturas, mas em seu Artigo 3º estabelece que, “Os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Governo do Estado e pelas Prefeituras Municipais incluirão os adjetivos estadual e municipal, respectivamente, à designação, podendo adicionar expressão que as qualifique em função de sua proposta pedagógica.

Dentro disso, devido a esse uso dos termos de Educação do Campo e Escola do Campo na legislação brasileira, bem como da possibilidade de alteração da Denominação de Escola, disposta na Resolução nº 253, do Conselho Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Sul, se propôs alteração da denominação das escolas do campo de São Gabriel/RS

9 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E A RELAÇÃO COM A COORDENAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO

Para o desenvolvimento deste segmento, aproveitou-se das entrevistas realizadas com 8 diretoras de Escolas do Campo e com os diálogos realizados no cotidiano do trabalho. Os formulários de entrevistas utilizados para coleta de dados encontram-se dispostos no Apêndice B – Entrevista: Diretores das Escolas do Campo de São Gabriel/RS. Vale destacar que a direção das escolas assinou termo de liberação para utilização dos nomes das Escolas do Campo de São Gabriel/RS.

No que tange ao contato entre coordenador e diretoras, percebe-se que a única limitação refere-se ao contexto da distância e que os meios de comunicação/tecnologias não colaboram para a efetivação dessa aproximação. Isso pode ser percebido na Tabela 5 - Tecnologias de Comunicação X Escolas do Campo – São Gabriel/RS, da descrição do Capítulo 7, que evidencia que as escolas não tem acesso a todas as tecnologias disponíveis.

Isso ratifica que, quando ocorrem problemas no decorrer do dia letivo na escolas, em algumas instituições, a resolução só iniciam quando da chegada da diretora na cidade ou em suas residências, para ter acesso aos demais objetos tecnológicos em funcionamento. Mesmo diante a essas dificuldades, as diretoras foram unânimes em afirmar que quando há necessidade do contato com o coordenador, para realizar solicitações de qualquer natureza, são sempre atendidas, mesmo que seja em horários que perpassam o horário comercial.

Não existe metodologia pronta a se trabalhar gestão escolar/educacional. Não existem fórmulas prontas. Existe dedicação, equilíbrio, qualificação e, acima de tudo, saber ouvir o outro, como afirma a Entrevistada 2¹², “a tua diferença, é que sabe nos ouvir e deixa a gente falar”. Ou seja, dedicar tempo para ouvir as angústias apresentadas pelas direções, dando oportunidade para o desabafo, mostrando que existe uma preocupação quanto ao trabalho e os problemas existentes, fortalece o relacionamento com a gestão das escolas, já que a função de coordenador demanda orientar e acompanhar o trabalho destas gestoras de escola.

¹² As entrevistadas de 1 a 8 são entrevistas semi-estruturadas com as diretoras das Escolas do Campo de São Gabriel/RS.

A Entrevistada 4 nos chama atenção, relatando: “o que me surpreende, sendo a sua diferença dos outros, é que você não precisa impor nada. Tu conquista conversando, pois existe um diálogo aberto e você explica os motivos das coisas”, mencionando sobre a forma como é conduzida as conversas sobre as questões inerentes as instituições de ensino, para resolução dos problemas e do planejamento educacional. Esta afirmação fortalece o debate da gestão de liderança, como pode ser observado na afirmação de Luck (2000, p.2), sobre o conceito de líderes:

(..) dirigentes (...) eficaz são líderes, estimulam os professores e funcionários da escola, pais, alunos e comunidade a utilizarem o seu potencial na promoção de um ambiente escolar educacional positivo e no desenvolvimento de seu próprio potencial, orientado para a aprendizagem e construção do conhecimento, a serem criativos e proativos na resolução de problemas e enfrentamento de dificuldades.

Neste sentido, alinha-se a gestão de liderança o pensamento de Orsolon (2001, p.19) sobre papel do coordenador pedagógico, que constitui um dos atores da escola,

(...), conseguirá desencadear um trabalho transformador à medida que realizar uma ação intencional, em conexão com a organização e gestão escolar e um trabalho coletivo, integrado com os atores da comunidade escolar. Portanto, a coordenação pedagógica, tendo consciência de seu papel de liderança atuará de forma integradora com o intuito de ter ao seu lado uma equipe coesa, e então, em equipe serão capazes de transformar a realidade da unidade escolar mediante o trabalho coletivo.

Apesar do cargo em análise constituir-se por indicação do Poder Executivo e o ocupante do cargo ter uma idade inferior à maioria dos profissionais da área de educação do campo, isso, por vezes, poderia gerar desconforto nos profissionais mais antigos (em tempo de serviço e com maior idade). Porém, percebe-se que houve uma aceitação por parte das direções e dos professores. A Entrevistada 2 cita três possibilidades que contribuíram nessa aceitação,

Primeiro é por que você estudou e tem qualificação para estar aí, conhece a nossa realidade. Segundo, por que você nunca diz não! Ou que não pode! Ou que não vai fazer! Você sempre tenta ajudar e mesmo quando diz não, diz com carinho e explicando. Terceiro, é que às vezes os colegas não recebem com bons olhos algumas determinações e você sempre diz: pode me ligar!

Desta forma, percebe-se que a posição de gestão necessita de zelo na sua execução. Existem professores que possuem uma vasta experiência na área de

atuação e merecem respeito no seu trabalho pedagógico. Porém, historicamente, os cargos de chefia na área pedagógica da secretaria de educação são ocupados por cargos comissionários, ou seja, na maioria das vezes, pensa-se no vínculo de aproximação ideológica, como sendo um dos principais critérios para indicação para o cargo.

Este contexto de aproximação ideológica pode acarretar em uma possível interferência para a não aceitação por parte demais servidores efetivos. Neste sentido, verifica-se uma necessidade de considerar a qualificação profissional para indicação/escolha/ocupação destes cargos de chefia, visto que é através deles que será pensada a educação de um município.

Dentre os desafios enfrentados neste trabalho de gestão, a logística, principalmente em relação à distância (Escolas - Cidade), ocupa maior destaque. Isso pode ser percebido na afirmação da Entrevistada 1, que afirma “nem sempre o pessoal da educação vem até a escola” e “os professores reclamaram que ninguém foi no evento de aniversário da escola”. Esses argumentos são recorrentes entre os professores, que na expectativa de serem valorizados e receber avaliações positivas quanto ao seu trabalho e dedicação, cobram a participação os integrantes da equipe de gestão da secretaria de educação.

Essa valorização surge no sentido que, devido à distância, esse sentimento fica restrito a comunidade escolar que participa das atividades da escola. Porém, vale destacar a estima que existe por parte desses integrantes, sendo um dos principais argumentos da permanência dos professores nas Escolas do Campo, o respeito e a valorização por parte da comunidade escolar.

Quanto ao contexto da participação nas atividades das escolas do campo, a secretaria de educação organiza-se para que sempre algum membro da equipe represente esta secretaria nas festividades promovidas por estas escolas. Porém, a efetivação deste propósito sofre dificuldades devido aos seguintes contextos: distância de deslocamento até a escola; condições das vias em períodos de condições climáticas desfavoráveis; condições dos veículos disponíveis; contingente reduzido de pessoal na secretaria; e, as inúmeras festividades/atividades/reuniões realizadas nas escolas.

Diante a isso, houve melhorias na participação dos servidores da secretaria em atividades das escolas, com expressiva representação. Mesmo havendo

questionamentos, em casos específicos, que ninguém esteve presente na escola, percebe-se que já existe um reconhecimento por parte dos professores, como afirma a Entrevistada 3, “disseram na última reunião pedagógica, que nunca tinham visto isso, a educação¹³ vem sempre na escola. Se não vem o coordenador, ele manda outro representante. Até o secretário já veio várias vezes” e reafirma que, “quando a professora disse isso, todos concordaram”.

O trabalho frente aos profissionais da área de educação requer de muito cuidado e paciência. Mesmo com afirmações que demonstram um avanço na valorização do trabalho nas escolas, a Entrevistada 6 mencionou que ouviu de uma professora uma reclamação, dizendo que a educação¹⁴ só vem na escola em dias de festas, o que demonstra a minuciosidade que trata-se trabalhar na área de educação e com os colegas professores.

Além disso, as Escolas do Campo sempre foram relegadas ao segundo plano no contexto educacional brasileiro. Essas instituições, na maioria das vezes, não foram prioridades aos governos e estiveram a margem das políticas públicas e das atividades pedagógicas criadas pelas secretarias de educação. E isso aconteceu no contexto municipal, na escolha do coordenador em outros anos, como apontado no Relatório do Conselho Municipal de Educação de São Gabriel/RS, no final de 2016, “os professores não conhecem o coordenador das Escolas do Campo” e “necessidade do Coordenador das Escolas do Campo estar mais presentes nas instituições de ensino de sua gestão”.

Esse diagnóstico contribuiu na escolha do atual secretário para assumir esse cargo, que conseguisse selecionar um sujeito que conhecesse a realidade das Escolas do Campo, tivesse formação acadêmica na área de atuação, estivesse presente entre os professores e que conseguisse dar visibilidade as Escolas do Campo. Dentro disso, um dos acordos firmados foi em relação à participação nas atividades organizadas pela secretaria, que mesmo com as dificuldades pertinentes a essa realidade, como a logística (veículos e estradas), essas instituições receberiam atenção especial na sua participação nos eventos na cidade.

Deste modo, no ano de 2017, as instituições de ensino localizadas no campo, participaram de todas as ações organizadas pela secretaria, que podem ser citadas: Mostra Pedagógica Municipal, Semana do Meio Ambiente, Semana da Água,

^{13 14} Educação, no sentido de: integrantes da Secretaria Municipal de Educação.

Semana Farroupilha, Festa Junina, Semana da Pátria, Visita a empresa responsável pelo abastecimento de água, Visita aos pontos turísticos da cidade, Visita aos Museus Locais, Viagem de Estudos (UFSM, Zoológico do São Braz e UNIPAMPA), Passeio Turístico em Parque Aquático e Praia, Visita na Secretaria de Educação, Participação no Seminário de Educação do Campo de São Gabriel/RS, Teatro da RGESUL e Dia da Criança.

Destacamos que, todos os eventos foram realizados em espaços distantes das escolas e houve incentivo por parte da SEME para participação das escolas do campo nestes eventos e passeios, proporcionando transporte escolar para deslocamento e alimentação, para todos os estudantes e professores.

Este contexto é apontado pela Entrevistada 7: “nunca participamos dos eventos da educação” e “lembro que estavam sempre dando desculpas para não deixar participar”. Mesmo assim, a entrevistada ainda manifesta-se dizendo “mas espero que continue assim para os próximos anos”, como forma de buscar continuidade nas ações que estão sendo desenvolvidas.

Neste sentido, percebe-se a complexidade que se trata o trabalho de gestão. De conseguir fazer educação com qualidade e eficiência, dentro do ambiente escolar formal e não-formal e proporcionando desenvolvimento humano e social. Por isso, necessita dar atenção aos sujeitos envolvidos e condições de trabalho, dentro das possibilidades existentes.

Dentro dessas necessidades, percebe-se que o coordenador deve manter, primeiramente, boas relações com as gestões escolares, e sucessivamente com os professores e demais integrantes da comunidade escolar. Mas existem outros problemas que afetam a manutenção dessa relação, que se refere às condições do desenvolvimento do trabalho pedagógico (material adequado, local apropriado e recurso didático), que por vezes, não satisfaz com as necessidades imediatas parte dos alunos e/ou dos professores.

Percebe-se que a figura do coordenador das escolas do campo, na prática, possui demasiada responsabilidade, que não condiz com a teoria e legislação apresentada sobre o assunto. Esse profissional, na eminência de uma atuação que contribua no trabalho da secretaria e que privilegia a resolução das necessidades de diferentes atores da comunidade civil, avança para além de suas atividades pedagógicas. Por isso, a falta de compreensão sobre o limite de sua atuação,

considerando-se os eixos articulação, formação e transformação, pode gerar equívocos e desvios no exercício da função coordenadora das Escolas do Campo.

Outro fator relevante no setor de coordenação refere-se aos profissionais mais antigos, alguns enraizados em práticas e pensamentos tradicionais, apresentam dificuldades de aceitar novos paradigmas em educação, e conseqüentemente aceitar os coordenadores e suas proposições. Esses aspectos podem levar o coordenador pedagógico a ter dificuldade de exercer a função pedagógica e formativa, que constitui a base do seu trabalho.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos o resultado de um estudo que teve como propósito identificar as atividades vinculadas ao trabalho de gestão do Setor de Coordenação das Escolas do Campo na Secretaria Municipal de Educação, sem, contudo, encerrar com as possibilidades de pesquisas futuras e de novos projetos.

Vale destacar que a função Coordenador das Escolas do Campo não encontra-se disposta no quadro geral de servidores da Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS (cargos de nomeações/efetivos ou cargos comissionários). Como forma de oficialização, a pessoa designada para essa função atribui-se o cargo de Chefe de Serviço de Supervisão Pedagógica, que encontra-se regulamentada pela Lei Ordinária N°3857/2017, de 31 de julho de 2017, que dispõe sobre a estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo de São Gabriel.

Apesar disso, culturalmente designam o nome dessa função de Coordenador das Escolas do Campo e as suas ações avançam para todas as esferas das instituições de ensino municipais, localizadas no meio rural. A partir da análise apresentada nesse trabalho, verifica-se uma necessidade imediata da criação dessa função na legislação sobre cargos em comissão e função gratificada, como forma de valorizar e oficializar o trabalho desenvolvido nesse setor.

Apesar deste trabalho ter como objetivo principal identificar os desafios e as possibilidades do Setor de Coordenação das Escolas do Campo (Educação do Campo), dentro do contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, como forma de valorização dessa modalidade no contexto educacional local, também buscou-se a possibilidade de divulgar, apresentar e registrar as ações/projetos desenvolvidos pelo setor, como identificado no Capítulo 8.

Assim, as atividades pedagógicas apresentadas no Capítulo 8, constituem ideias criadas pelo setor, que encontram-se em desenvolvimento nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS, em 2017 e 2018, e sua continuidade nos próximos anos. Deste modo, a disseminação destas propostas vem como subsídio para registrar essas criações e valorizar estes projetos, oportunizando a divulgação e acesso a esses materiais/iniciativas, possibilitando o aproveitamento em outras realidades de Gestão de Educação do Campo.

Nesta perspectiva, salientamos que a Educação do Campo constitui parte integrante da vida pessoal e profissional do autor deste trabalho, em que dedicou sua trajetória acadêmica e continua percorrendo caminhos para a qualificação. E ao assumir a importante tarefa de gestão do setor do campo, tem como premissa a valorização das Escolas do Campo e da sua comunidade escolar, por acreditar e reconhecer a cultura local e as potencialidades desses sujeitos.

Percebe-se que a definição das matrizes teóricas que envolveram a pesquisa, principalmente sobre Educação do Campo, não esteve com grande aporte. Isso, em decorrência deste trabalho ter caminhado no sentido de buscar situar a funcionalidade do Setor de Coordenação das Escolas do Campo, no contexto da Prefeitura Municipal de São Gabriel/RS, especialmente na Secretaria Municipal de Educação, e de registrar as ações/projetos desenvolvidos por esse segmento. Além disso, já existe uma trajetória sobre Educação do Campo no contexto nacional e, em particular, em diversas pesquisas científicas.

Portanto, no que se refere ao contexto educacional observamos que é humanamente impossível não haver arestas, mas é humanamente possível fazer melhor. A Educação do Campo necessita de respeito e visibilidade, sendo valorizado pelo seu trabalho e dedicação dos sujeitos envolvidos nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. de. O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. O coordenador pedagógico e a questão do cuidar. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

ARRUDA, H. M. da R. F. **Cartografia de síntese para análise integrada da paisagem do município de São Gabriel/RS**: uma proposta de zoneamento ambiental. 2011. 41 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2011.

AUGUSTO, S. Desafios do coordenador pedagógico. **Nova Escola**, São Paulo, 01 mai. 2006. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/647/os-desafios-do-coordenador-pedagogico>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BORSSOI, B. L. O Coordenador Pedagógico Frente aos Desafios Escolares. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia, 2008, Cascavel/PR. **Anais...** Cascavel/PR: UNIOESTE, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)**. Lei nº 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Articulação Nacional por uma Educação do Campo**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA)**. Portaria Nº 10/1998. Brasília: MPF, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008. Ministérios da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Censo Demográfico**. Brasília: IBGE, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução CNE/CEB nº 4 de 13 de julho de 2010. Ministérios da Educação. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Brasília: STF, 2017.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria da Administração**. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

CHIZZOTTI, A.; **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1998.

DOURADO, L. F. A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. **Para onde vão à orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências e desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FERREIRA, E. B. A. **A educação básica e a coordenação pedagógica**. Material Didático (Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012. Disponível em: <<http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/UFSC>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas**. Cascavel: Educere et Educare, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1656/1343>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

LÜCK, H. (Org.). Gestão escolar e formação de gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n.72, p. 1-195, fev./jun. 2000. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Gest%C3%A3o+escolar+e+forma%C3%A7%C3%A3o+de+gestores/3d03dfb4-3a86-4b24-b17f-f140ea58bd45?version=1.3>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

NOGUEIRA, V. dos S. O papel do coordenador pedagógico. **Colunista Brasil Escola**. Disponível em: <<http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/opapel-coordenador-pedagogico.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

NÓVOA, A. Professor se forma na escola. **Revista Nova Escola**, São Paulo, n.142, mai., 2001. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

OLIVEIRA, A. S. **Coordenação Pedagógica**. Apostila (Curso de Gestão e Coordenação Pedagógica) – Universidade Gama Filho, Brasília, 2009.

ORLOSON, L. A. M. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola.** In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. de S. (Orgs.) - O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

PASTORIO, E. **Nucleação das Escolas do Campo:** o caso do município de São Gabriel/RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PIRES, E. D. P. B. **A prática do coordenador pedagógico:** limites e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PLACCO, V. M. N. de S. **Formação de professores:** o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional. In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. **Para onde vão à orientação e a supervisão educacional?** Campinas: Papirus, 2002.

PLACCO, V. M. N. de S. A sala de aula como lócus de relações interpessoais e pedagógicas. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. (Org.). **O coordenador pedagógico e os desafios da educação.** 2. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

RAMOS, D. K. O Coordenador Pedagógico e as Relações Interpessoais no Contexto Escolar: entre percepções e ações. **Dialogia**, São Paulo, n. 17, jan./jun. 2013. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/314817889_O_coordenador_pedagogico_e_as_relacoes_interpessoais_no_contexto_escolar_entre_percepcoes_e_acoes>. Acesso em: 16 mai. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria Estadual de Educação.** 19º Coordenadoria Regional da Educação. Porto Alegre: Governo Estadual, 2018.

SÃO GABRIEL. **Estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas do Poder Executivo de São Gabriel/RS.** Lei Ordinário N° 3857/2017. São Gabriel: Prefeitura Municipal de São Gabriel, 2017.

SÃO GABRIEL. **Conselho Municipal de Educação.** São Gabriel: Prefeitura Municipal, 2018.

SÃO GABRIEL. **Secretaria Municipal de Educação.** São Gabriel: Prefeitura Municipal, 2018.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político ao cotidiano da sala de aula. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

YIN, R.K. **Estudo de Caso:** planejamento e método. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A – ENTREVISTA: SERVIDORES/FUNCIÓNÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Caro participante! Você está fazendo parte da pesquisa do trabalho intitulada **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**, que tem como objetivo identificar os desafios e as possibilidades da Educação do Campo, dentro do contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, através do setor de Coordenação das Escolas do Campo. Para isso, sua participação é indispensável para alcançar os objetivos propostos.

Para isso, segue abaixo questionamentos, com perguntas planejadas, que você pode dissertar sobre o assunto levantado. Enquanto estiver respondendo, o pesquisador fará anotações para responder as perguntas pré-estruturadas. Novas perguntas podem surgir no decorrer, para contribuir com a pesquisa.

1 – Nome:

2 – Setor de Atuação:

3 – Vínculo Empregatício:

4 – Quais as atividades desenvolvidas?

5 – Quais dificuldades encontradas no seu trabalho?

6 – Quais são os pontos positivos e negativos de suas ações?

APÊNDICE B – ENTREVISTA: DIRETORES DAS ESCOLAS DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS

Caro diretor! Você está fazendo parte da pesquisa do trabalho intitulada **A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/RS**, que tem como objetivo identificar os desafios e as possibilidades da Educação do Campo, dentro do contexto da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel/RS, através do setor de Coordenação das Escolas do Campo. Para isso, sua participação é indispensável para alcançar os objetivos propostos.

1 – Nome:

2 – Escola de Atuação:

3 – Endereço das Escolas do Campo:

4 – Quantidade de alunos matriculados:

5 – Como você define/relata seu contato com o Coordenador das Escolas do Campo?

6 – Quais as dificuldades nesse contato?

7 – Defina pontos positivos e negativos na gestão das Escolas do Campo.

8 – Como encontra-se o desenvolvimento dos projetos criado pelo setor e aplicado nas Escolas do Campo? Como se dá a receptividade por parte dos professores?